



PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO
  2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
  3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO
  4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS
  5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
  6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
  7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
  8. DA FASE DE JULGAMENTO
  9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
  10. DOS RECURSOS
  11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
  12. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO
  13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
  14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
  15. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO
- DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL:

### ANEXOS

- ANEXO I – Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos  
ANEXO II – Termo de Referência  
ANEXO III – Minuta de Contrato

### MODELOS

- MODELO 1 – Proposta de Preços  
MODELO 2 – Declaração Unificada  
MODELO 3 – Declaração de Microempresa

1 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

<b>PREÂMBULO</b>	
A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS por meio da SUPERINTENDÊNCIA DA CENTRAL DE LICITAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação em tela na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos deste Edital e seus anexos. Este pregão será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio designados pela Portaria 81/2026/SES/GASEC, de 9 de fevereiro de 2026, expedida pelo Secretário de Estado da saúde. O presente edital foi submetido a análise jurídica da Superintendência de Assuntos Jurídicos da Secretaria de Estado da Saúde e da Procuradoria Geral do Estado.	
Processo: 2025.30550.011293	Tipo de licitação: Menor Preço
Data da abertura: 29/05/2026	Hora da abertura: 08h30min (Horário de Brasília)
Pregão Eletrônico Nº: 90053/2026	
Retirada do Edital (portal/SISTEMA): <a href="http://www.saude.to.gov.br">www.saude.to.gov.br</a> / <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
Local da sessão: <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
Registro de Preços: ( ) SIM ( X ) NÃO	
<b>SETORES RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO</b>	
Superintendência da Hemorrede do Tocantins	
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
Programa Finalístico: 1165 – TO Cuidando da Saúde Ação: 4542 Classificação Orçamentária: 30550 10.302.1165.4542 Fonte de Recursos: 600.0000.250.2787 Natureza da Despesa: 3.3.90.39 (item 1) / 3.3.90.30 (itens 2 ao 9)	
O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances, conforme artigo 24 da Lei Federal Nº 14.133/21, consoante justificativa constante no Termo de Referência.	
SERÁ ADOPTADO PARA O ENVIO DE LANCES O MODO DE DISPUTA “ABERTO”.	
<b>LEGISLAÇÃO APLICADA</b>	
Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública; Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014; Decreto Estadual nº. 6.606, de 28/03/2023: Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Tocantins, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências; Demais legislações aplicáveis ao caso.	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS</b>	
UASG: 925958	Pregoeiro : Thiago Borges Silva
Telefone: (063) 3027- 4361 /4362/4363/4364	
Whatsapp: (63) 99966-1349	
E - mail: <a href="mailto:cpl.saudeto@gmail.com">cpl.saudeto@gmail.com</a>	
Endereço: Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007	
Horário de Atendimento: 08h:00min às 12h:00min – 14h:00min às 18h:00min	

2 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 07/05/2026 10:45:43.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4BA2C22A025D2E4B | SGD:2026/30559/139408



PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de conjunto integrado de **serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência - in vitro**, a fim de atender as necessidades da Hemorrede do Tocantins, no que se refere à triagem sorológica das doenças transmissíveis pelo sangue, conforme Termo de Referência, Anexo II.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no SISTEMA e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.3. Para fins deste Edital, **produto(s)**, leia-se: **insumos e locação de equipamento para realização de exames.**

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o Sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), onde para ter acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI.
- 2.2. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do SISTEMA ou a SES/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.3. Poderão participar deste Pregão empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
- 2.4. Poderão participar deste Pregão empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.
- 2.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 2.6. **Não poderão participar deste Pregão:**
  - 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - 2.6.3. Empresa que seu ato de constituição e as respectivas alterações (estatuto, contrato social ou outro) não incluam o objeto deste Pregão;
  - 2.6.4. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
  - 2.6.5. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - 2.6.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.7. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.8. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.9. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Art. 320, §3º do Decreto Nº 6.606, de 28 de março de 2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.
  - 2.6.10. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

3 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

2.6.11. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal Nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

2.6.12. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.13. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.14. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.15. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.6.18. O impedimento de que trata o item 2.5.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.19. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.6 e 2.6.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.20. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.21. O disposto nos itens 2.6.6 e 2.6.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.5.22. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.5.23. A vedação de que trata o item 2.5.15 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.6. Os benefícios previstos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 4º da Lei 14.133/2021), não se aplicam quando o valor estimado do item for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme previsto no § 1º, inciso I, art. 4º da Lei 14.133/2021.**

**2.7. A obtenção de benefícios referentes à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**2.7.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.**

### **3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

3.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública, via internet.

4 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao SISTEMA Eletrônico, no portal eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do SISTEMA para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

##### 4.1. Da impugnação:

4.1.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição enviada para o e-mail: [cpl.saudeto@gmail.com](mailto:cpl.saudeto@gmail.com). A licitante deverá confirmar recebimento do e-mail por meio do telefone (63) 3027- 4361.

4.1.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** (contados da data de recebimento da impugnação), **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. Caso contrário, poderá abrir ou suspender a sessão, na forma da lei, antes do julgamento do mérito, se for o caso.

4.1.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.1.4. A apresentação de impugnações ao Edital, sem a fundamentação legal e/ou técnica aplicável ao objeto questionado, de intuito protelatório, ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo levá-lo à inidoneidade.

##### 4.2. Do pedido de esclarecimentos:

4.2.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá pedir esclarecimento quanto ao ato convocatório deste Pregão mediante petição enviada para o e-mail: [cpl.saudeto@gmail.com](mailto:cpl.saudeto@gmail.com). A licitante deverá confirmar recebimento do e-mail por meio do telefone (63) 3027- 4361.

4.2.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre o pedido de esclarecimento no prazo de **até 3 (três) dias úteis** (contados da data de recebimento do pedido de esclarecimento), **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.3.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no e-mail indicado pela Licitante e serão disponibilizadas no portal eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ficando acessível a todas as demais Licitantes para obtenção das informações prestadas pelo (a) Pregoeiro(a), e vincularão os participantes e a administração.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que (caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, as declarações deverão ser enviadas ao pregoeiro, de acordo com os modelos 2 e 3):**

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.6. não existe em meu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 a 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.**

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema,** o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos **(caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a proposta deverá ser enviada ao pregoeiro, de acordo com o modelo 1)**:

6.1.1. Valor total do lote;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8.

**6.9. Quanto à elaboração da proposta de preços, deve ser observado ainda que:**

6.9.1. Solicitação de trocas de produto(s) requerido pela vencedora, somente será(ão) aceito(s) por motivo(s) devidamente justificado(s), mediante manifestação da área técnica;

7 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

6.9.2. O registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA fornecido na proposta de preços será consultado “online” pela SES-TO, porém estando o registro vencido, a licitante será convocada em um prazo de 24 horas para apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei Nº. 6.360/76, de 23 de setembro/76: [\[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6360.htm#:~:text=L6360&text=LEI%20No%206.360%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria,Produtos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20Provid%C3%AÂncias.\];](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm#:~:text=L6360&text=LEI%20No%206.360%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria,Produtos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20Provid%C3%AÂncias.;)

6.9.2.1. A não apresentação do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item;

6.9.2.2. Caso o produto seja isento de registro, deve ser informado na proposta de preços no campo Nº. do Registro na ANVISA a norma que o isenta de Registro.

6.9.3. Proposta com especificações detalhadas de cada item do objeto proposto, contendo toda a especificação e informações que facilitem sua identificação, além de bula e/ou catálogo, contendo toda a especificação técnica, nome do fabricante, procedência do material e marca.

6.10. Nos casos em que os produtos descritos no Anexo I do Edital tenham necessidade do Certificado de Aprovação-CA, os fornecedores devem apresentar, juntamente com a proposta, número válido do Certificado de Aprovação-CA dos respectivos equipamentos, nos termos da Norma Reguladora vigente. Será consultado “online” no sítio do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS na internet no link: <http://caepi.mte.gov.br/internet/ConsultaCAInternet.aspx>. Caso não apresente número válido do Certificado de Aprovação – CA, automaticamente será desclassificado.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de pelo menos R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto Estadual Nº 6.606/2023;

9 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, de acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, bem como as ações estabelecida no art. 56 do Decreto Federal nº 11.129/22.

7.18.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;

7.18.2.2. empresas brasileiras;

7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.18.3. As regras no item 7.18.1 não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.18.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 7.18.1.

7.18.5. Os critérios estabelecidos nos subitens 7.18.1.2, 7.18.1.3 e 7.18.1.4 do item 7.18.1 somente serão aplicadas, quando houver regulamentação estadual ou federal sobre o tema.

7.18.6. Caso a regra prevista no item 7.18.1 deste Edital não solucione o empate, a classificação se fará, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

7.18.7. O sorteio será realizado em local, data e horário previamente divulgados, respeitando o princípio da publicidade e a igualdade entre as partes.

7.18.8. Os representantes das licitantes serão convidados a participar do sorteio, podendo acompanhar todo o procedimento.

7.18.9. Será realizada a gravação do sorteio e disponibilizada para quem desejar acessá-la posteriormente.

7.18.10. A ata do sorteio será lavrada e assinada pelos presentes, registrando os detalhes do procedimento e o resultado final.

7.18.11. O resultado do sorteio será considerado como critério definitivo para desempate entre as propostas, determinando a licitante vencedora.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**

7.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

10 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.6, 2.7, 2.7.1** e 5.5 deste edital.

**8.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 98 a 136 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

**8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. não encaminhar a proposta readequada ao preço final, conforme o item 7.19.5 deste Edital, permanecendo inerte no decurso do prazo estipulado;

8.6.7. não atender à convocação para sanear vícios formais para adequação às exigências do edital, permanecendo inerte no decurso do prazo estipulado;

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.8.1. Caso seja verificada a possibilidade de haver preço inexequível com propostas inferiores a 50% do orçado pela SES/TO, será solicitada ao distribuidor que apresente carta de comprometimento de preço por parte da fabricante, ou declaração da fabricante declarando que o preço ofertado pelo distribuidor é factível. Podendo ainda a empresa ser diligenciada a apresentar outros documentos para comprovar a exequibilidade dos preços ofertados;**

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

### **9.1 Da Habilitação Técnica**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa quanto ao fornecimento dos produtos, similares em quantidades e características, com o objeto desta licitação;

b) Alvará Sanitário do estabelecimento, dentro do prazo de validade, expedido pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município/Distrito, onde estiver instalado;

c) Licença/Alvará de Funcionamento expedido pelo Município/Distrito sede da Licitante, dentro do

9.1.2 Caso o Alvará Sanitário ou a Licença/Alvará de Funcionamento esteja vencido, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido antes do vencimento constante no documento e ou/legislação Estadual ou Municipal/Distrital de onde a Licitante estiver instalada;

### **9.2 Habilitação Jurídica**

9.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>];

9.2.3 Sociedade empresária: Sociedade Limitada Unipessoal – SLU inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME N.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.2.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei N.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

9.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta N.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar N.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9.4 Qualificação Econômico-Financeira**

9.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME N.º 116 de 21 de dezembro de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.2 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do Fornecedor - Lei N.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

9.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

- $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$

- $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante});$

9.4.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação;

9.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei N.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

9.4.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei N.º 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

9.4.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

8.6.6. o licitante enquadrado como **Microempreendedor Individual (MEI)** deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem sua capacidade econômico-financeira

**9.5. DO PARECER TÉCNICO.**

9.5.1 A empresa vencedora do certame deverá apresentar:

9.5.1.1 Proposta com especificações detalhadas de cada item do objeto proposto, contendo toda a especificação e informações que facilitem sua identificação, além de bula e/ou catálogo, contendo toda a especificação técnica, nome do fabricante, procedência do material e marca.

9.5.1.2 O registro da ANVISA fornecido na proposta de preços será consultado “online” pela SES-TO/Hemorrede, porém estando o registro vencido, a licitante será convocada em um prazo de 24 horas para apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei N.º 6.360/76;

9.5.1.3 A não apresentação do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item;

9.5.1.4 Caso o produto seja isento de registro, deve ser informado na proposta de preços no campo “N.º do Registro na ANVISA” a norma que o isenta.

**9.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

9.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

9.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.14. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.**

**9.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).**

**9.14.2 O licitante que permanecer inerte, não atendendo à convocação do Pregoeiro no prazo estabelecido, será inabilitado, sem prejuízo de aplicação das penalidades e sanções previstas neste Edital.**

9.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

14 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.7. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.18.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.

**9.19.** O pregoeiro poderá, a seu critério e devidamente fundamentado, realizar diligências destinadas à complementação de informações ou à juntada de documentação pré-existente, com o objetivo de esclarecer dúvidas ou sanar irregularidades formais que não alterem a substância da proposta ou comprometam a competitividade do certame. Essas diligências deverão ser registradas em ata e garantir a observância dos princípios da isonomia, publicidade e eficiência. É vedada a inclusão de novos documentos que modifiquem as condições inicialmente apresentadas pelo licitante.

9.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.21.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.16.1.**

9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.23. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** o licitante que manifestar intenção de recurso, e posteriormente desistir de apresentar a peça recursal, DEVERÁ DECLINAR diretamente no sistema, sob pena de ser considerado de intuito protelatório, e ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo leva-lo à inidoneidade.

**10.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto deste Pregão será adjudicado a Licitante vencedora.

11.2. Compete ao Secretário de Estado da Saúde/TO a adjudicação do objeto e homologação deste Pregão.

## **12. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO**

12.1 **A vigência contratual será de acordo com o constante no Termo de Referência.**

12.2 A vigência observará, ainda, as disposições do art. 107 da mesma Lei, de modo que o contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que haja previsão no Plano Plurianual (PPA) e disponibilidade orçamentária, conforme estabelecido no caput do art. 105.

12.3. O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

12.4. Homologado o Pregão, a Licitante será convocada de acordo com a necessidade da Administração para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a(s) Nota(s) de Empenho(s) ou assinar o contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

12.5. Quando a empresa adjudicatária, após convocada, recusar-se a retirar a “Nota de Empenho”, não apresentar situação fiscal regular, não assinar o contrato, negar ou retardar a entrega do(s) produto(s) objeto deste Pregão, a SES/TO convocará formalmente as Licitantes remanescentes na ordem de classificação do certame para contratar com a Administração.

12.6. Cometendo a adjudicatária uma das situações previstas acima, sem motivo justo e não acatado pela SES/TO, ficará caracterizado descumprimento total da obrigação assumida, estando à empresa sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.7. A sujeição à penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às Licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação nos mesmos termos propostos a primeira adjudicatária.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4, 13.1.5, 13.1.7 e 13.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da

17 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 134, § 4º do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Ao Secretário da Saúde compete anular este Pregão de ofício, por ilegalidade, ou por provocação de qualquer pessoa, e cancelá-lo ou revogá-lo todo ou em parte, por considerá-lo inoportuno, inconsistente ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

14.2. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito a ampla defesa e o contraditório.

14.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

14.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

14.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

14.7. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

14.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão às últimas, exceto em caso de normas editadas pelo Governo do Estado e Federal.

14.9. Não serão aceitos documentos com a vigência vencida, exceto se, e nos casos que o Edital permitir;

14.10. A participação neste Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos, leis e normas aplicáveis;

14.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SES/TO, sem prejuízo do disposto no artigo 55 da Lei nº 14.133/2021.

14.12. Este Edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições.

18 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

14.13. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, salvo nos casos expressamente permitidos.

14.14. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início inclui-se o último.

**14.15.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.saude.to.gov.br](http://www.saude.to.gov.br).

#### **15. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO**

15.1. Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

15.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

Palmas, capital do estado, aos 7 dias do mês de maio do ano de 2026.

Assinatura digital  
**JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA**  
Superintendente da Central de Licitação

19 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300  
[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

## ANEXO I

## Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos

## 01. Do critério de julgamento:

- a) Será vencedora a Licitante que atender as exigências do Edital e apresentar o **menor valor total do Lote**;
- b) A proposta deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula;
- c) O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances.

## 02. Da Relação/Descrição dos produtos:

Contratação de conjunto integrado de serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência - in vitro", a fim de atender as necessidades da Hemorrede do Tocantins, no que se refere à triagem sorológica das doenças transmissíveis pelo sangue.				
GRUPO ÚNICO - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Descrição	Unid.	Quant. Anual	Quant. Em 5 Anos
1.	Locação de 02 (dois) Equipamentos idênticos para Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência. O equipamento a ser fornecido deverá ser novo, sem uso anterior, com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação e funcionamento, e dotados de tecnologia atualizada, em perfeito estado de funcionamento, sem uso prévio, recondicionamento ou remanufatura, devendo estar acompanhado de todos os acessórios originais do fabricante, manuais e certificado de garantia, acompanhados de todos os acessórios e equipamentos auxiliares necessários para o seu funcionamento, processamento, execução e liberação de resultados. Totalmente automatizado para processamento das amostras, dispensação de reagentes, diluições, lavagens, incubações, leituras e controle de qualidade com impressão de resultados multiparamétricos, computadorizado, com acesso imediato, randômico, ou seja, apresentar capacidade para inserção e execução de novas amostras a qualquer tempo, incluindo amostras de urgência, independente do momento de início da rotina, inclusive logo após a pipetagem da anterior, permitindo também a identificação manual das amostras. Possibilite a utilização de tubos primários, de 5 a 7 ml, sem tratamento de amostras, conforme especificação detalhada neste Termo. Preferencialmente, permitir pausa, sem interrupção do processo analítico, inclusive para a reposição de insumos. Com velocidade total de reação (do início do processo até a liberação dos resultados) de, no mínimo, 170 testes/hora; que possua comando através de teclado ou monitor (toque em tela); que as repetições, quando necessárias, sejam automáticas; que tenha acesso contínuo, imediato e randômico a reagentes, amostras e consumíveis; capacidade para	Mes	12	60

20 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 07/05/2026 10:45:43.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4BA2C22A025D2E4B | SGD:2026/30559/139408





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

	processar, no mínimo e simultaneamente, os parâmetros solicitados; monitorar todas as funções críticas do processamento; possibilitar a rastreabilidade de resultados e amostras; que tenha sistema de calibração e autochecagem automáticos; que possua sistemas de alarmes para o operador sobre, no mínimo, resultados, reagentes, esgoto, manutenção e valores patológicos; que tenha armazenamento automático dos resultados e controle de qualidade com gráficos de <i>Levey- Jennings</i> ; seja passível de interfaceamento; que possua sistema de leitura por códigos de barra incluindo amostras e reagentes, inclusive com possibilidade de leitura de códigos de acordo com Padrão ISBT 128; que realize a limpeza automática de agulha/seringa de amostragem; tenha detector de nível para amostras e reagentes e para as soluções de lavagem, suprimento de água e esgotos; possua sensor para bolhas, coágulos, fibrina ou líquido insuficiente.			
2.	Produto: Anti-HBc Total. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles, calibradores e Soluções (Prontos para uso) para detecção qualitativa de anticorpos IgG e IgM para o antígeno core total da Hepatite B (Anti-HBc) em soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência de última geração, não competitivo, que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	35.000	175.000
3.	Produto: HBsAg. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles e calibradores (Prontos para uso) para detecção qualitativa do antígeno de superfície da Hepatite B (HBsAg) em soro ou plasma humano, com capacidade de detecção de Mutantes para o vírus da Hepatite B, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	35.000	175.000
4.	Produto: Anti-HBs. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles e calibradores (Prontos para uso) para detecção quantitativa de anticorpos contra os anticorpos do antígeno de superfície da Hepatite B (HBsAg) no soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	3.000	15.000

21 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 07/05/2026 10:45:43.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4BA2C22A025D2E4B | SGD:2026/30559/139408



## PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

5	Produto: Anti-HCV IgG + IgM. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles, calibradores e soluções (Prontos para uso) para detecção qualitativa de anticorpos IgG + IgM do HCV em soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	35.000	175.000
6	Produto: Anti-HIV 1 e 2: Ag/Ab. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles e calibradores (Prontos para uso) para detecção qualitativa simultânea do antígeno p24 do HIV e dos anticorpos para o vírus da imunodeficiência humana tipo 1 (HIV-1 e HIV-1 subtipo O) e tipo 2 (HIV-2) em soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	35.000	175.000
7	Produto: Anti-HTLV. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles e calibradores (Prontos para uso) para determinação qualitativa de anticorpos contra o HTLV-I e HTLV-II em soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	35.000	175.000
8	Produto: Chagas. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles e calibradores (Prontos para uso) para detecção qualitativa de anticorpos IgG contra o Trypanosoma cruzi em soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.	Teste	35.000	175.000
9	Produto: Ac Total anti-Sífilis. Descrição Técnica: Conjunto de reagentes, controles e calibradores (Prontos para uso) para detecção qualitativa de anticorpos contra o Treponema pallidum em soro ou plasma humano, utilizando metodologia de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência que utilizem antígeno recombinante	Teste	35.000	175.000

22 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)



PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

	ou peptídeo sintético, para uso em equipamento totalmente automatizado.			
--	---	--	--	--

23 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 07/05/2026 10:45:43.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4BA2C22A025D2E4B | SGD:2026/30559/139408



PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

ANEXO II  
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 53/2025/SES/SHMO

SOLICITANTE (S)	
Superintendência da Hemorrede do Tocantins	Telefone: (63) 3027-4661
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
<b>Programa Finalístico:</b> 1165 – TO Cuidando da Saúde <b>Ação:</b> 4542 <b>Classificação Orçamentária:</b> 30550 10.302.1165.4542 <b>Fonte de Recursos:</b> 600.0000.250.2787 <b>Natureza da Despesa:</b> 3.3.90.39 (item 1)/3.3.90.30 (itens 2 a 9)	

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de **conjunto integrado de serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência - in vitro**, a fim de atender as necessidades da Hemorrede do Tocantins, no que se refere à triagem sorológica das doenças transmissíveis pelo sangue.

**2. JUSTIFICATIVA****2.1. Da Justificativa Para Contratação:**

2.1.1. A Hemorrede é a única responsável por produzir e distribuir todos os hemocomponentes (concentrados de hemácias, plaquetas e outros) para os hospitais públicos e privados no Estado do Tocantins. É também, o centro de referência estadual para atendimento especializado em doenças hematológicas, disponibilizando tratamento médico em Palmas e Araguaína, além de assistência odontológica, fisioterápica, psicológica, nutricional e assistência social em Palmas. Entre as atividades desenvolvidas, está o acompanhamento dos pacientes hemofílicos e o gerenciamento da distribuição dos pró-coagulante.

2.1.2. A Hemorrede do Tocantins, responsável pela promoção e aplicação da Política Nacional do Sangue no Estado do Tocantins, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada N.º 151 de 21 de agosto de 2001, a Hemorrede do Tocantins é composta por:

- 01 Hemocentro Coordenador de Palmas;
- 01 Hemocentro Regional de Araguaína;
- 01 Núcleo de Hemoterapia de Gurupi;
- 01 Unidade de Coleta e Transfusão de Augustinópolis;
- 01 Unidade de Coleta e Transfusão de Porto Nacional;
- 01 Unidade de Coleta de Palmas;
- 02 Ambulatórios de Hematologia;
- 01 Unidade Móvel.

2.1.3. A Hemorrede também é responsável por 13 Agências Transfusionais Estaduais e 3 Municipais.

2.1.4. Cumpre destacar que a presente aquisição visa alcançar os objetivos estabelecidos no Plano Estadual de Saúde 2024-2027 Diretriz 3, Objetivo 8: Assegurar a oferta de hemocomponentes, pró-coagulantes, assistência hemoterápica e hematológica com qualidade à população, conforme anexo ao Estudo Técnico Preliminar - ETP e disponível por meio do endereço eletrônico [<https://central.to.gov.br/download/361415>].

2.1.5. A Hemorrede do Estado do Tocantins desempenha um papel crucial na saúde pública, fornecendo serviços vitais de coleta, processamento e distribuição de sangue e seus componentes para atender às necessidades dos pacientes em todo o Estado.

2.1.6. Devido à crescente demanda do serviço prestado pela Hemorrede, faz-se necessário o investimento na Rede de Sangue do Tocantins para que a mesma possa continuar assegurando a autossuficiência e a qualidade do sangue e seus componentes para atendimento da demanda transfusional das unidades de saúde de todo o Estado do Tocantins

24 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)



**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

(público e privado); Para tanto é essencial o investimento em tecnologia com a implantação de novos equipamentos para assegurar a qualidade dos serviços prestados e proporcionar aumento na segurança transfusional.

2.1.7. A presente aquisição é essencial a fim de atender às exigências dispostas na Portaria de Consolidação N.º 5, Anexo IV de 28 de setembro de 2017, que estabelece entre outros critérios e condutas o seguinte.

O serviço de hemoterapia realizará testes para infecções transmissíveis pelo sangue, a fim de reduzir riscos de transmissão de doenças e em prol da qualidade do sangue doado.

Art. 129. É obrigatória a realização de exames laboratoriais de alta sensibilidade a cada doação, para detecção de marcadores para as seguintes infecções transmissíveis pelo sangue, cumprindo-se ainda, os algoritmos descritos no Anexo V para cada marcador:

- I - sífilis;
- II - doença de Chagas;
- III - hepatite B;
- IV - hepatite C;
- AIDS; e
- VI - HTLV I/II.

§ 1º Os exames de que trata o —caput|| devem ser feitos em amostra colhida no ato da doação.

§ 2º Os exames serão realizados em laboratórios específicos para triagem laboratorial de doadores de sangue, com conjuntos diagnósticos (kits) próprios para esta finalidade, registrados na ANVISA.

§ 3º Fica vedada a realização de exames sorológicos em pool de amostras de sangue.

§ 4º É permitido o emprego de pool de amostras para testes de pesquisa de ácido nucléicos (NAT) para detecção de infecções transmissíveis pelo sangue.

§ 5º O sangue total e seus componentes não serão transfundidos antes da obtenção de resultados finais não reagentes/negativos, nos testes de detecção para:

- I - hepatite B;
- II - hepatite C;
- III - AIDS/SIDA;
- IV - doença de Chagas;
- V - sífilis;
- VI - infecção por HTLV I/II.

§ 6º São os testes para detecção de hepatite B:

- I - detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBV) - HBsAg; e
- II - detecção de anticorpos contra o capsídeo do HBV - anti- HBc (IgG ou IgG + IgM).

§ 7º São os testes para detecção de hepatite C:

- I - detecção do anticorpo contra o vírus da hepatite C (HCV) ou detecção combinada de anticorpo + antígeno do HCV; e
- II - detecção de ácido nucleico (NAT) do HCV.

§ 8º São os testes para detecção de AIDS/SIDA:

- I - detecção de anticorpo contra o HIV ou detecção combinada do anticorpo contra o HIV + antígeno p24 do HIV; e
- II - detecção de ácido nucleico (NAT) do HIV.

O teste de que trata o inciso I do § 8º incluirá, obrigatoriamente, a pesquisa de anticorpos contra os subtipos 1, 2 e O.

§ 10. O teste para doença de Chagas será através da detecção de anticorpo anti-T cruzi por método de ensaio imunoenzimático (EIE) ou quimioiluminescência (QLM).

25 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

§ 11. O teste para sífilis será através da detecção de anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico.

§ 12. O teste para infecção por HTLV I/II será através da detecção de anticorpo contra o HTLV I/II.

§ 13. Somente podem ser liberadas as bolsas com resultados não reagentes/negativos tanto para os testes sorológicos quanto para os testes de detecção de ácido nucleico.

§ 14. Deverão ser excluídos como doadores, temporária ou definitivamente, e, se necessário, encaminhados a um serviço de referência, os que apresentarem resultados reagentes.

§ 15. No caso da realização dos testes NAT em pool, o grupo de amostras que apresentar resultado positivo deve ser desmembrado e suas amostras testadas individualmente para identificação do(s) agente(s) infeccioso(s) em questão, considerando a possibilidade de desmembramento cruzado.

§ 16. As bolsas cujas amostras individuais forem positivas ou inconclusivas nos testes NAT ou que tenham resultados discrepantes com os testes sorológicos serão descartadas, e o doador será convocado para repetição dos testes em nova amostra e/ou orientação.

§ 17. As amostras de doadores com resultado NAT negativo em pool e teste sorológico positivo serão testadas individualmente pelo teste NAT.

2.1.8. Desta forma, a prestação do serviço objeto do presente termo de referência, tem fundamento no princípio jurídico-administrativo da continuidade dos serviços públicos, considerando tratar-se de atividade-fim da Hemorrede do Tocantins (HEMOTO) no denominado ciclo produtivo do sangue, seus componentes e derivados.

2.1.9. Assim, é fato que a automação e interfaceamento no processamento das amostras de sangue são etapas que elevam consideravelmente a qualidade dos serviços e resultados laboratoriais produzidos, principalmente por proporcionar a padronização das técnicas e eliminar os erros ocasionados pelo registro manual de dados.

2.1.10. O interfaceamento dos dados é parte integrante da automação do processo, corroborando para a rastreabilidade destes dados e para a segurança transfusional com a garantia da transmissão segura dos dados gerados e registros de todas as informações de forma automática e padronizada no sistema informatizado da Hemorrede do Tocantins (Sistema Hemovida do Ministério da Saúde).

2.1.11. A falta da aquisição do objeto implicaria na não realização de transfusões sanguíneas nos hospitais do Estado, públicos e privados, na suspensão do atendimento nos hospitais que trabalham em regime de urgência/emergência e no cancelamento de todos os procedimentos cirúrgicos (eletivos ou de urgência) nos hospitais do Estado.

2.1.12. Além do cumprimento do regulamento técnico vigente, tal contratação visa também atender os requisitos sanitários para o funcionamento dos serviços de hemoterapia definidos pela ANVISA. Uma vez, que a Hemorrede do Tocantins é responsável por atender a demanda Hemoterápica de todo o Estado, tanto pública quanto privada, além de atender pacientes portadores de doenças Hematológicas.

2.1.13. A referida contratação consta prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, sob Número de protocolo 25053117000164-0-000002/2025.

2.2. Da Justificativa de Aquisição por Grupo:

2.2.1. O Processo de aquisição ocorrerá no tipo menor preço por grupo, pois a divisão do objeto por meio da licitação por item se mostra inviável tecnicamente. Os reagentes devem ser de um único fabricante, o que possibilita: avaliar, controlar, rastrear e padronizar os procedimentos realizados, seguindo as orientações da Vigilância Sanitária, bem como usando metodologia de ponta assegura-se qualidade, segurança, rapidez e praticidade nos resultados com diminuição de custos.

2.2.2. Há necessidade de que os insumos utilizados sejam compatíveis com os equipamentos. A incompatibilidade entre os reagentes e equipamentos impossibilitará a rotina, pois os insumos utilizados serão específicos para cada equipamento podendo inviabilizar a realização dos testes.

26 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







## PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

2.2.3. Aquisição de insumos diferentes necessitará também de capacitação diferenciada para cada equipamento, remessas variadas e lotes diferentes, ocasionando comprometimento da rotina para validação lote a lote e por remessa, conforme requisito da Portaria de Consolidação N.º 5, Anexo IV, de 28 de setembro de 2017.

2.2.4. Em suma, os exames discriminados neste termo representam atividade finalística da Hemorrede do Tocantins no denominado ciclo do sangue, sendo sua realização fundamental para cumprimento da missão institucional.

2.2.5. A partir do momento que existe a possibilidade de fracasso na aquisição individual do objeto, esta Superintendência entende que está indo contra os princípios básicos da Administração, uma vez que, o representante público deve trazer as melhores saídas, sob a legalidade da lei, bem como mais efetivas, prezando sempre pelo interesse público, conforme expressa a Constituição Federal de 1988, artigo 37:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

2.2.6. A modalidade escolhida para a presente contratação é o Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei N.º 14.133/2021, por se tratar da contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.2.7. Nos termos do art. 28, inciso II, combinado com o art. 6º, inciso XL, a modalidade pregão é cabível para a contratação de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia. Ademais, em observância ao art. 17, inciso I, a forma preferencial de realização do pregão é a eletrônica, em razão de proporcionar maior competitividade, transparência, celeridade e economicidade ao processo licitatório.

2.2.8. Assim, a adoção do Pregão Eletrônico para contratação do serviço em questão mostra-se a mais adequada e vantajosa à Administração Pública, garantindo conformidade legal e eficiência no atendimento da necessidade apresentada.

2.3. Da Justificativa do Quantitativo:

2.3.1 A Hemorrede é a única responsável por produzir e distribuir todos os hemocomponentes (concentrados de hemácias, plaquetas e outros) para os hospitais públicos e privados no Estado do Tocantins. É também, o centro de referência estadual para atendimento especializado em doenças hematológicas, disponibilizando tratamento médico em Palmas e Araguaína, além de assistência odontológica, fisioterápica, psicológica, nutricional e assistência social em Palmas.

2.3.2 A Hemorrede também é responsável por 13 Agências Transfusionais Estaduais e 3 Municipais.

2.3.3 Estima-se a abertura de uma unidade de coleta em Araguaína no ano de 2026;

2.3.4 Encontra-se em processo de aquisição três unidades de coleta móveis;

2.3.5 Para definir o quantitativo estimado necessário para manter a continuidade da realização dos testes em toda a Hemorrede no período de doze meses, utilizou-se os seguintes critérios:

2.3.6 Em procedimentos que visam tanto à oferta do serviço prestado pela Hemorrede do Tocantins quanto à economicidade dos materiais;

2.3.7 Na demanda do uso de componentes sanguíneos relacionados à complexidade dos procedimentos médicos oferecidos à população do Tocantins, pelos serviços públicos e privados, atendidos pela Hemorrede do Estado;

2.3.8 As quantidades solicitadas no presente Termo, leva ainda em consideração, os dados abaixo extraídos do Relatório de Produção Hemoterápica - HEMOPROD conforme anexo do Estudo Técnico Preliminar- ETP:

Candidatos à doação/Unidade	2022	2023	2024	Média
Candidatos à doação	32.680	33.229	34.190	33.366
Candidatos aptos	22.888	24.251	25.409	24.183
Coletas Por Aférese	190	222	246	219

2.3.9 A triagem sorológica para detecção de doenças transmissíveis pelo sangue constitui etapa obrigatória do processo de seleção de candidatos à doação, estando prevista na legislação sanitária vigente. Essa etapa tem como finalidade identificar marcadores infecciosos que possam comprometer a segurança transfusional, garantindo que todo sangue coletado seja submetido a testes laboratoriais sensíveis e específicos para agentes como HIV, hepatites B e C,

27 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

sífilis, HTLV e chagas. Assim, a triagem sorológica integra o conjunto de medidas normativas que asseguram a proteção do receptor, sendo regulamentada por:

- RDC N.º 34, de 11 de junho de 2014 da ANVISA, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue no Brasil;
- Portaria de Consolidação Nº 5/2017 – Anexo IV (Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos), que estabelece a obrigatoriedade da aferição de parâmetros hematológicos, incluindo a hemoglobina, como condição indispensável para a doação.

**2.3.10 Tal exigência visa:**

- Garantir a segurança do doador, prevenindo riscos em candidatos com anemia ou níveis inadequados de hemoglobina;
- Assegurar a qualidade e a adequação dos hemocomponentes coletados, evitando a utilização de unidades não conformes e reduzindo riscos transfusionais;
- Manter a conformidade legal e regulatória estabelecida para os serviços de hemoterapia, que exigem a realização de testes sorológicos obrigatórios para todas as doações;
- Garantir que todo sangue coletado passe pelo processo completo de triagem laboratorial.

**2.3.11 O quantitativo dos testes sorológicos deve considerar ainda:**

- Retestes em duplicata para os testes com resultados inicialmente reagentes, conforme previsto no Art. 67, § 4º do Anexo IV, PRC 05/2017. (Aproximadamente 3% das amostras são retestadas em duplicata);
- Realização de controles internos diários (Controle de Qualidade do Kit reagente e Controle de Qualidade Interno), conforme exigido pelas boas práticas laboratoriais, a fim de assegurar a precisão, a rastreabilidade e a confiabilidade do desempenho do equipamento.
- Realização de calibração periódica dos kits reagentes;
- Realização de Controle de qualidade Externo (proficiência), conforme previsto no Art. 133 do Anexo IV, PRC 05/2017;
- Realização de validação lote a lote remessa a remessa de conjuntos diagnósticos antes de sua colocação na rotina de trabalho, conforme previsto no Art. 133 do Anexo IV, PRC 05/2017;
- Realização de exames de Saúde Ocupacional anual dos servidores da Hemorrede (aproximadamente 600 servidores);
- Realização de exames sorológicos em atendimento aos pacientes portadores de doenças hematológicas acompanhados nos dois Ambulatórios de Hematologia do Estado — localizados em Palmas e Araguaína — garantindo suporte diagnóstico qualificado e contínuo para o adequado monitoramento clínico dessas condições.
- Realização de exames sorológicos em conformidade com as demandas da Central de Transplantes do Tocantins, assegurando a precisão diagnóstica e o suporte laboratorial necessário para os processos de captação, seleção e viabilidade de potenciais doadores.

**2.3.12 Faz-se necessária a previsão de testes e insumos em quantidade suficiente para atender:**

- O número de candidatos triados;
- Os retestes em duplicatas previstos (Aproximadamente 3% das amostras são retestadas em duplicata);
- Calibração dos kits reagentes;
- Controle de qualidade do kit reagente e controle de qualidade interno;
- Testes de Proficiência;
- Validação lote a lote remessa a remessa;
- Pacientes portadores de doenças hematológicas;
- Amostras da Central de transplantes;
- Aumento populacional.

**2.3.13** Considerando que 100% dos candidatos à doação devem ser submetidos à triagem de hemoglobina, a disponibilidade de equipamentos adequados e em quantidade suficiente é condição essencial para o funcionamento ininterrupto do serviço.

28 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

2.3.14 Pelos motivos supracitados, o número de testes/insumos não representa exatamente o número de testes expressos pela série histórica da memória de cálculo. Como já mencionado, durante o processo de execução dos procedimentos laboratoriais deve-se considerar as perdas de reagentes e insumos que ocorrem nas etapas da realização dos testes, que são procedimentos realizados em alguns casos excepcionais, inerentes à área do atendimento ao doador da Hemorrede do Tocantins a fim de serem evidenciados resultados precisos e confiáveis;

2.3.15 A locação de 2 (Dois) Equipamentos idênticos de primeiro uso, e/ou com no máximo 5 anos de fabricação e dotados de tecnologia atualizada, para Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência, acompanhados de insumos compatíveis em quantidade suficiente para atender aos candidatos à doação, às repetições (retestes) e aos controles internos diários, é medida imprescindível para manter a conformidade com a RDC N.º 34/2014 da ANVISA e a Portaria de Consolidação N.º 5/2017 – Anexo IV.

2.3.16 O quantitativo proposto assegura:

- Cobertura integral das triagens em todas as unidades fixas e móveis;
- Reserva técnica para contingências;
- Garantia da qualidade analítica, com realização de controles diários;
- Redução de riscos de interrupção do serviço por falta de equipamentos ou insumos.

2.3.17 Cumpre ressaltar que está previsto um crescimento significativo no número de doadores de sangue, considerando a iminente inauguração de uma nova unidade de coleta no município de Araguaína, a aquisição de 03 unidades móvel para coleta de sangue em cidades circunvizinhas ou em pontos estratégicos, bem como o aumento de 9,25% da população do Estado, que nos últimos 3 anos, segundo o IGBE, passou de 1.411.459 em 2022 para 1.511.459 habitantes em 2025.

2.3.18 Deve-se considerar, ainda, a ampliação do número de Unidades Hospitalares, o que acarretou aumento no quantitativo de procedimentos médicos e, consequentemente, maior demanda por sangue e seus componentes.

2.3.19 Dessa forma, o quantitativo solicitado de 3.000 (três mil) testes de Anti-HBs, 35.000 (trinta e cinco mil) teste para cada um dos demais parâmetros e locação de 2 (Dois) equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação e funcionamento, e dotados de tecnologia atualizada, para Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência.

### **3. DOS PRODUTOS**

#### **3.1. Da Descrição Técnica dos Produtos:**

3.1.1. Conforme prevê o Decreto N.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, art. 3º, inciso II:

“II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado”.

3.1.2. O objeto deste Termo de Referência cujos itens são listados no anexo I do Edital é considerado **bem comum**, haja vista que seu descritivo possui padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado e conforme padronização:

#### **3.2. Da Qualidade dos Produtos:**

3.2.1. Alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias;

3.2.2. Excelente resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;

3.2.3. Devem ser entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Termo de Referência.

#### **3.3. Da Garantia/Assistência Técnica dos Produtos:**

3.3.1. Os produtos devem ter a garantia/validade mínima de 4 (quatro) meses ou conforme descrição do item, contados da entrega dos produtos.

3.3.2. A Contratada fica obrigada a manter a garantia/validade dos produtos exigida neste Termo, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a SES/TO ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

29 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

3.3.3. Durante o período de garantia dos produtos, a Contratada deverá arcar consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, embalagem ou armazenamento e outros eventos, para os quais a Contratante não concorreu.

3.3.4. O prazo para a Contratada atender ao item acima, deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da SES/Hemorrede-TO.

#### **3.4 Da Adjudicação dos Produtos:**

3.4.3 Respeitando ao Princípio do Parcelamento, esta aquisição será em grupos conforme justificado dando ensejo à ampliação do universo de possíveis interessados.

3.4.4 Assim, o critério a ser utilizado para julgamento das propostas do objeto deste Termo será o de **menor preço global por grupo**.

### **4. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O valor estimado da presente contratação terá caráter sigiloso em consonância com a Lei N.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24”. que define:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

4.2. Desta forma a escolha pela não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela Administração. Esta medida deve se mostrar particularmente eficaz, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

4.3. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances. Amplia-se assim, a competitividade do certame propiciando melhores propostas para Administração. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente. Assim sendo, busca-se por meio do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela SES/TO, que as empresas apresentem propostas dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

4.4. Por todo o exposto, a SES/TO informa aos Licitantes que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público após a fase de lances, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / HABILITAÇÃO**

#### **5.1 Da Justificativa**

5.1.1 O presente Termo de Referência observa o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “d” da Lei N.º 14.133/2021, que estabelece como elemento obrigatório do termo de referência a descrição dos “requisitos da contratação”, devendo estes ser definidos de forma clara e precisa compatíveis com a necessidade a ser atendida e com as condições do mercado.

5.1.2 O art. 40 da Lei N.º 14.133/2021, estabelece que a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. O inc. II, do art. 63 dispõe que será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo Licitante vencedor.

5.1.3 Atendendo a pertinência com o objeto da contratação, ficam consignados os requisitos e condições necessárias ao atendimento do interesse público visado. Assim a exigência da documentação técnica para a referida contratação se torna imprescindível, uma vez que a legislação estabelece que a Licitante deve apresentar os documentos exigíveis para a devida habilitação.

5.1.4 Tais comprovações são usualmente solicitadas no mais diversos Editais em licitações da união, Estados e Municípios. Importante salientar tais exigências não restringe a participação de interessados visto que as empresas

30 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

interessadas em fornecer esses produtos já seguem a legislação e tem o conhecimento que são essenciais para atendimento às condições técnicas de entrega de produtos com qualidade, que não apresentem riscos aos usuários do SUS e aos profissionais de saúde e que atendam a legislação.

5.1.5 A Licença/Alvará de Funcionamento expedido pelo Estado, Município/Distrito é o registro dos dados de identificação de empresas e equipamentos de interesse da saúde no órgão de vigilância do município.

5.1.6 O Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde - CMVS é um número fornecido às empresas com atividades previstas no Anexo I da Portaria 2.755 de 15 de dezembro de 2012. Qualquer estabelecimento que esteja vinculado à alimentação ou a saúde precisam adquirir a licença sanitária. Determinados órgãos são os responsáveis por emitir a licença e fiscalização de produção e comercialização de serviços/produtos que possam de alguma maneira colocar em risco a saúde dos indivíduos. Confira abaixo quais são esses órgãos e a função de cada um:

- Secretaria Municipal de Saúde: refere-se aos estabelecimentos ligados à saúde cuja autoridade de licença foi transferida para o Município ou empresas que manipulem alimentos.
- ANVISA: refere-se a farmácias, indústria, drogarias, transporte, importação e distribuição de cosméticos, entre outros.
- Secretaria de Estado de Saúde: refere-se a laboratórios, clínicas, hospitais, hemocentros, distribuidores de cosméticos e medicamentos, entre outros.

5.1.7 A respeito da exigência de Registro na ANVISA, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Habilitação Técnica do Termo de Referência se mostra imprescindível para resguardar a saúde dos usuários que serão beneficiados com a contratação pretendida.

5.1.8 Vale mencionar que o registro é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, que objetiva garantir a sua segurança e eficácia para o uso que se propõe, e sua concessão é dada pela ANVISA, o que é respaldado pelo texto constitucional, pois compete ao SUS “controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde” e “executar ações de vigilância sanitária” (art. 200, I e II da CF).

5.1.9 Trata-se de controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde pública, como no caso dos itens constantes do objeto de contratação, uma vez que são materiais médico-hospitalares.

5.1.10 O artigo 8º caput e parágrafo 1º, inciso VI da Lei N.º 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que cria a ANVISA, corroboram esse entendimento ao estabelecer que:

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem.

5.1.11 Para que os produtos sujeitos à Vigilância Sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência. Tais critérios visam minimizar eventuais riscos associados ao produto.

5.1.12 Por sua vez, o artigo 1º da Lei N.º 6.360 de 23 de setembro de 1976 informa que os produtos definidos na Lei N.º 5.991 de 17 de dezembro de 1973 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária. Assim, qualquer produto considerado como correlato pela legislação apontada, precisa de registro para ser fabricado e comercializado.

5.1.13 A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei N.º 6.360/76 é dada pelo Decreto N.º 8.077 de 14 de agosto de 2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

5.1.14 Nesse sentido, a teor do disposto no artigo 2º da Lei N.º 6.360/76, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos

31 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

5.1.15 Ademais, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei N.º 6.360/76, nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados no Ministério da Saúde, salvo exceções previstas nos artigos 24 e 25, § 1º da mesma Lei.

5.1.16 A exigência de Atestado de Capacidade Técnica no Termo de Referência para a aquisição de equipamentos de uso laboratorial é fundamentada na Lei Federal N.º 14.133/2021. Esta exigência visa garantir que os licitantes possuam a experiência e a competência necessárias para fornecer produtos que atendam aos elevados padrões de qualidade e segurança exigidos no contexto laboratorial.

5.1.17 De acordo com o artigo 30 da Lei N.º 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir dos licitantes a apresentação de documentos que comprovem a qualificação técnica, visando assegurar a entrega de serviços e bens que atendam às especificações estabelecidas.

5.1.18 Portanto, a exigência de Atestado de Capacidade Técnica é não apenas uma prática recomendada, mas uma medida de proteção ao interesse público, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e responsável.

5.1.19 Dessa forma, a inclusão da exigência de Atestado de Capacidade Técnica no processo licitatório é justificada pela necessidade de garantir que os fornecedores tenham a idoneidade e a experiência necessárias, conforme preconizado nas legislações federal e estadual, contribuindo assim para a efetividade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

5.1.20 A exigência da qualificação econômico-financeira justifica-se com base no art. 69 da Lei N.º 14.133/2021, cuja documentação visa a demonstração da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro Contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos confiáveis. O parágrafo 4º do artigo supracitado prevê que a Administração poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.1.21 Portanto, o índice exigido de 5% (cinco por cento), é razoável dentro das premissas legais vigentes, em que pese a característica do objeto que trata o Termo de Referência:

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.1.22 A adoção dos índices não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a Administração na futura execução do Contrato, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto.

## **5.2 Da participação de empresas em consórcio**

5.2.1 Considerando o disposto no art. 15 da Lei N.º 14.133/2021, que admite a participação de empresas em consórcio salvo vedação devidamente justificada, registra-se que nesta contratação não se mostra necessária nem vantajosa a permissão de participação de empresas em consórcios pelos seguintes motivos:

5.2.2 Objeto de baixa complexidade técnica, plenamente exequível por uma única empresa, não demandando a reunião de competências complementares ou de grande capacidade operacional.

5.2.3 Valor estimado e porte da contratação compatíveis com a execução individual, não caracterizando vulto que justifique a associação de empresas.

5.2.4 A vedação visa preservar a competitividade, evitando eventual concentração de mercado ou acordos que possam restringir a ampla participação de licitantes.

5.2.5 A gestão contratual torna-se mais simples e eficiente quando há apenas um contratado responsável direto, reduzindo riscos administrativos e de fiscalização.

5.2.6 Dessa forma, justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio, assegurando-se que o objeto poderá ser plenamente atendido por licitante individual, sem prejuízo da competitividade nem do interesse público.

## **5.3 Da Habilitação Técnica**

32 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

5.3.1 Para análise da área técnica competente, o licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar os documentos a seguir:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa quanto ao fornecimento dos produtos, similares em quantidades e características, com o objeto desta licitação;
- b) Alvará Sanitário do estabelecimento, dentro do prazo de validade, expedido pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município/Distrito, onde estiver instalado;
- c) Licença/Alvará de Funcionamento expedido pelo Município/Distrito sede da Licitante, dentro do prazo de validade;

5.3.2 Caso o Alvará Sanitário ou a Licença/Alvará de Funcionamento esteja vencido, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido antes do vencimento constante no documento e ou/legislação Estadual ou Municipal/Distrital de onde a Licitante estiver instalada;

5.4 Habilitação econômico-financeira

5.4.1 Apresentar comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um).

5.4.2 As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços, na forma da lei, de acordo com o

§ 4º do artigo 60 da Lei N.º 14.133/2021.

**5.5 Habilitação Jurídica**

5.5.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.5.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>];

5.5.3 Sociedade empresária: Sociedade Limitada Unipessoal – SLU inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.5.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME N.º 77, de 18 de março de 2020.

5.5.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.5.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.5.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei N.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**5.6 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

5.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.6.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta N.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

33 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

- 5.6.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.6.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 5.6.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.6.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 5.6.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.6.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar N.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**5.7 Qualificação Econômico-Financeira**

- 5.7.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea —c||, da Instrução Normativa Seges/ME N.º 116 de 21 de dezembro de 2021), ou de sociedade simples;
- 5.7.2 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do Fornecedor - Lei N.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- 5.7.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
  - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante);
  - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante);
- 5.7.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação;
- 5.7.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei N.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 5.7.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei N.º 14.133, de 2021, art. 69, §6º);
- 5.7.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**6. DO PARECER TÉCNICO.**

- 6.1 A empresa vencedora do certame deverá apresentar:
- 6.1.1 Proposta com especificações detalhadas de cada item do objeto proposto, contendo toda a especificação e informações que facilitem sua identificação, além de bula e/ou catálogo, contendo toda a especificação técnica, nome do fabricante, procedência do material e marca.
- 6.1.2 O registro da ANVISA fornecido na proposta de preços será consultado “online” pela SES-TO/Hemorrede, porém estando o registro vencido, a licitante será convocada em um prazo de 24 horas para apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei N.º 6.360/76;
- 6.1.3 A não apresentação do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item;

34 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

6.1.4 Caso o produto seja isento de registro, deve ser informado na proposta de preços no campo “N.º do Registro na ANVISA” a norma que o isenta.

6.1.5 A licitante poderá vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, pois as empresas deverão dimensionar as adaptações físicas a serem realizadas, no que se referem às instalações elétricas, hidráulicas, rede de lógica, bancadas, climatização, localização e outras, sem ônus para o Hemocentro. Em razão das características peculiares inerentes a cada equipamento, somente a empresa interessada, por meio de vistoria prévia, poderá corretamente estimar seus custos, de forma a elaborar sua proposta de preços. Agendamento prévio junto ao Hemocentro Coordenador de Palmas, pelo telefone (63)3027-4658.

6.1.6 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo.

6.1.7 Referente à vistoria a licitante deverá apresentar:

6.1.7.1 Atestado de Visita Técnica emitido pelo órgão promotor do certame. A visita técnica deverá ser agendada através dos telefones informados no Apêndice I;

6.1.7.2 Caso a Licitante tenha conhecimento das informações necessárias sobre os locais onde os serviços serão executados e não deseje efetuar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante da empresa, sob as penas da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam desacordos técnicos ou financeiros com o Governo do Estado.

## **7. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA AVALIAÇÃO (caso necessário)**

Caso necessário a Contratante poderá solicitar, caso considere necessário, para as Licitantes Classificadas em 1º lugar, a apresentação de amostra para os itens, durante a fase de emissão de Parecer Técnico, para avaliação e aprovação.

7.2 A Hemorrede poderá solicitar, caso considere necessário, para a Licitante classificada em 1º lugar, a apresentação de 01 (uma) amostra do equipamento e 50 testes de cada item para avaliação durante a fase de emissão de Parecer Técnico, para avaliação e aprovação que deverão ser enviadas em até 15 (dias) corridos, após notificação da Hemorrede.

7.3 As amostras deverão estar na embalagem original, acompanhada de bula explicativa, diagramas de interpretação e certificado de análise técnica em português;

7.4 Após o treinamento da responsável pelo laboratório, oferecido com o assessor científico da licitante, as amostras serão processadas e avaliadas.

7.5 A Licitante que não encaminhar a amostra no prazo estabelecido terá sua proposta desclassificada.

7.6 A aceitação da proposta ficará condicionada à aprovação da amostra apresentada para teste.

7.7 A não entrega das amostras no prazo fixado ou sua apresentação fora das especificações descritas neste edital acarretará a desclassificação da licitante vencedora.

7.8 Serão utilizados os Seguintes Critérios para Análise das Amostras e Emissão de Parecer:

7.9 Atendimento a todas as exigências estabelecidas neste termo de referência. Os testes de qualificação consistem na testagem dos reagentes com controles internos e amostras conhecidas para verificação da especificidade dos reagentes;

7.10 Análise dos testes seguirá todos os critérios aplicáveis da Portaria de consolidação N.º 5 de 28 de setembro de 2017 ou conforme portaria vigente no momento da realização da análise. E conforme os critérios descritos no ANEXO I deste Termo de Referência;

7.11 Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostra serão arquivados na Hemorrede/SES-TO.

7.12 Caso o produto avaliado não contemplar as exigências do Edital e de seus anexos, legislação aplicada ou algum dos requisitos anteriormente citados, a proposta/amostra será desclassificada e serão convocadas as licitantes subsequentes;

35 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

7.13 Quanto às amostras, a(s) licitante(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s) para os produtos, deverá(ão) entregar no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, amostras do objeto licitado no endereço Hemocentro Coordenador de Palmas, sito a AVNO 30, Conjunto 02, Lote 01, CEP: 77001-214-Palmas-Tocantins, em dia e horário comercial.

7.14 Após finalização da avaliação, a licitante poderá recolher as amostras no Hemocentro Coordenador de Palmas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após notificação. Após o mencionado prazo, as amostras poderão ser descartadas.

7.15 Dos Critérios de Avaliação das Amostras:

7.15.1 Serão realizados testes de compatibilidade de especificações e parâmetros, conforme especificações dos produtos exigidos neste Termo de Referência.

7.15.2 Os testes de cada item devem ser acompanhados de Painel de Performance, para certificar o desempenho dos kits reagentes frente a amostras negativas, positivas e indeterminadas, avaliando a especificidade, sensibilidade, reprodutibilidade e variação do kit, bem como, de painel de soroconversão aplicável para os reagentes com painel disponível no mercado para os itens, lacrado e dentro do prazo de validade. Em conformidade com o artigo 2º da Portaria de Consolidação N.º 5, anexo IV de 28 de Setembro de 2017.

7.15.3 Em conformidade com artigos 2, 4 e 18 da Portaria de Consolidação N.º 5, anexo IV de 28 de Setembro de 2017, que estabelece entre outros critérios e condutas o seguinte, As amostras deverão apresentar os seguintes resultados:

7.15.3.1 Sensibilidade não inferior a 100% (cem por cento);

7.15.3.2 Especificidade igual ou superior a 99,0% (noventa e nove por cento);

7.15.3.3 Reprodutibilidade não inferior a 100%;

7.15.3.4 Coeficiente de Variação inferior a 10% (dez por cento).

7.15.4 Na avaliação da sensibilidade do produto, serão utilizados os resultados positivos dos painéis comerciais entregues pela contratada.

7.15.5 A avaliação de especificidade dar-se-á pela análise dos resultados das amostras negativas que fazem parte dos painéis específicos fornecidos pela contratada.

7.15.6 A Licitante que não encaminhar a amostra no prazo estabelecido terá sua proposta desclassificada;

7.15.7 A aceitação da proposta ficará condicionada à aprovação da amostra apresentada para teste, salvo, se por motivo justo, a Licitante solicitar prorrogação, e este pedido ser aceito pela Hemorrede/SES/TO.

7.15.8 Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostra serão arquivados na Hemorrede/SES-TO.

7.15.9 Após finalização da avaliação, a licitante poderá retirar as amostras no Hemocentro Coordenador de Palmas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após notificação. Após o mencionado prazo, as amostras poderão ser descartadas.

## **8. DO PRAZO, LOCAL E CRONOGRAMA DE ENTREGA:**

### **8.1 Do Prazo de Entrega:**

8.1.1 A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados do início da publicação do Contrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins, salvo, se por motivo justo, a Contratada solicitar prorrogação, e este pedido ser aceito pela SES/TO.

8.1.2 Se a Contratada não cumprir o prazo de entrega ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formal aceita pela Contratante, decairá seu do direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se as penalidades previstas no Termo, sendo convocados os licitantes remanescentes em ordem de classificação para contratar com a SES/TO.

### **8.2 Do Local de Entrega:**

8.2.1 A CONTRATADA deverá entregar e instalar os equipamentos compatíveis solicitados neste termo, obedecendo à descrição, quantidade e local de instalação, conforme segue:

**Item 01: Locação de (dois): Equipamentos idênticos para Imunoensaio de Micropartículas por**

36 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência	
Quant.	Local de entrega
02	Hemocentro Coordenador de Palmas, situado na AVNO 30, Av. NS 1, Conjunto 02, Lote 01, Palmas-TO; CEP: 77.001-214

**8.3. Do Cronograma de entrega dos produtos:**

8.1 Do Cronograma de entrega dos produtos:

8.1.1 A entrega deverá ser realizada no prazo de 7 (SETE) dias após solicitação da área técnica;

8.1.2 A quantidade solicitada a cada entrega poderá variar para mais ou para menos conforme necessidade da área técnica, não excedendo a quantidade total.

CRONOGRAMA DE ENTREGA								
Item	Nome do Produto	1º Entrega	2º Entrega	3º Entrega	4º Entrega	5º Entrega	6º Entrega	Total Anual
02	ANTI - HBC TOTAL	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
03	HBsAG	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
04	ANTI HBs	500	500	500	500	500	500	3.000
05	ANTI HCV	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	30.000
06	ANTI-HIV 1 e 2 - Ag/Ab	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
07	HTLV I E II	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
08	Chagas	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
09	Ac Total anti-Sífilis	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000

**9. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.**

9.1 Os produtos deverão ser armazenados e transportados em condições estabelecidas pelo fabricante de forma a não permitir sua deterioração.

9.2 O recebimento será confiado a uma comissão composta de, no mínimo, 3 (três) membros (servidores) devidamente designados, conforme estabelece o art. 140 da Lei N.º 14.133/2021.

9.3 Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, que poderá estar acompanhada da Relação de Itens ou de outro documento emitido pela SES/TO.

9.4 O recebimento se dará em observância com o art. 140 da Lei N.º 14.133/2021, e ainda: PROVISORIAMENTE, para efeito de verificação da conformidade dos produtos, será aberto o Relatório de Inspeção de Recebimento – RIR, para avaliação do produto entregue, bem como se a Nota Fiscal/Fatura encontra lavrada sem incorreções.

9.5 A licitante vencedora terá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega dos equipamentos, para realizar os seguintes serviços, nos itens que couber:

✓ Qualificação de Instalação com, no mínimo, verificação do local e espaço adequados, tensão e corrente compatíveis e climatização adequada, com emissão de relatório;

✓ Qualificação de Operação com, no mínimo, verificação de funcionamento conforme especificações técnicas, com emissão de relatório de temperatura e alarmes sonoros;

9.6 A SES/HEMORREDE terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento, para verificar se os produtos fornecidos e a NF/Fatura estão em consonância com o Termo e com seus anexos.

37 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.7 DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação e aprovação do Relatório de Inspeção de Recebimento – RIR.

9.8 Se constatado que os produtos atendem ao Termo a Hemorrede terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório para efetuar o recebimento definitivo e enviar a nota fiscal para pagamento;

9.9 Atestada a Nota Fiscal, esta seguirá os trâmites para pagamento na SES/TO.

9.10 Caso os produtos se encontrem em desconformidade com o exigido, a SES/Hemorrede do Tocantins notificará a Contratada para substituí-los no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação:

9.11 Neste caso, o recebimento do(s) produto(s) escoimado(s) dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo, estando a Contratada passível de penalidade(s) pelo descumprimento das condições Termoícias.

9.12 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

9.13 A carga e a descarga, inclusive logística reversa (se necessária), serão por conta da Contratada, sem ônus de frete para a SES/Hemorrede do Tocantins.

9.14 A SES recusará os produtos nas seguintes hipóteses:

9.14.1 Qualquer situação em desacordo entre os produtos e o Termo de Referência, Edital de licitação e de seus Anexos ou a Nota de Empenho/Contrato.

9.14.2 Nota Fiscal/Fatura com especificação do objeto, quantidades em desacordo com o discriminado no Termo, seus anexos e na proposta adjudicada.

9.14.3 Apresentarem vícios de qualidade, funcionamento ou serem impróprios para o uso, ou ainda defeitos de fabricação.

9.14.4 Ainda que ocorra a situação prevista na alínea d do inciso II do art. 124 da Lei Federal N.º 14.133/2021, a SES/Hemorrede do Tocantins, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato (quando for o caso) e iniciar outro processo Licitatório.

9.14.5 Os produtos deverão ser transportados, armazenados e entregues em condições de acondicionamento que permita a manutenção da temperatura adequada.

9.14.6 Ao Contratante fica reservado e garantido o direito à fiscalização dos produtos, solicitando a substituição dos mesmos com imperfeições ou em desobediência às normas técnicas.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

### **10.1 Vigência**

10.1.1 O presente contrato terá vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, por se tratar de prestação de serviços de natureza continuada, nos termos do art. 106 da Lei N.º 14.133/2021.

10.1.2 A vigência observará, ainda, as disposições do art. 107 da mesma Lei, de modo que o contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que haja previsão no Plano Plurianual (PPA) e disponibilidade orçamentária, conforme estabelecido no caput do art. 105.

10.1.3 A prorrogação contratual poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, mediante justificativa da Administração, com base em avaliação da execução contratual e na manutenção das condições iniciais da contratação.

### **10.2 Alteração**

10.2.1 Havendo necessidade, o Contrato a ser firmado poderá, mediante prévia justificativa aceita pela superior autoridade competente, ser alterado, observadas as disposições no art. 124 da Lei N.º 14.133/2021, bem como as demais disposições legais pertinentes, no que couber.

10.2.2 Se necessária modificação no valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas de seu objeto, esta deverá ser devidamente justificada pela Administração Contratante, de acordo com os permissivos legais pertinentes, observado o disposto no art. 125 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

### **10.3 Do Reajuste**

38 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

10.3.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.3.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicar-se o índice IPCA.

10.3.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.3.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.3.6 A Contratada deverá formalizar a solicitação do reajuste no momento oportuno da renovação contratual;

10.3.7 A não solicitação por parte da Contratada não implica na preclusão do direito ao reajuste; podendo fazê-lo em momento posterior até o limite de um ano da sua renovação.

10.3.8 O reajuste será realizado por Apostilamento.

10.3.9 É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

10.3.10 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio reajuste/econômico-financeiro, quando for o caso, será de 30 (trinta) dias a contar da data da sua solicitação.

**10.4 Da Garantia Contratual**

10.4.1 O pretendido objeto refere-se ao fornecimento de bens e serviços destinados à pronta entrega, caracterizando-se como uma contratação que não demanda etapas subsequentes que apresenta riscos significativos à sua execução.

10.4.2 Com fundamento no disposto no artigo 96 da Lei N.º 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é dispensada, considerando a natureza do objeto e a ausência de riscos associados à execução prolongada ou à prestação de serviços que justifiquem tal exigência.

10.4.3 O artigo 96 da Nova Lei de Licitações e Contratos estabelece que a garantia contratual pode ser exigida em contratos administrativos para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente nos casos em que a natureza do contrato implique riscos à administração pública. Entretanto, para contratos que envolvem o fornecimento de bens com entrega imediata e que não apresentam potencial prejuízo à continuidade administrativa, a exigência de garantia não se aplica, sendo dispensada nos termos legais.

10.4.4 Dessa forma, a dispensa da garantia contratual está alinhada aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade que regem a gestão pública, garantindo a otimização dos recursos públicos e a adequação do processo às suas finalidades.

**10.5 Da Rescisão Contratual**

10.5.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa em conformidade com o art. 137 ao 139 da Lei N.º 14.133/2021, CAPÍTULO VIII que trata das hipóteses de extinção dos contratos.

**10.6 Da Área Gestora**

10.6.1 A Área Gestora do Contrato ficará sob a responsabilidade da Superintendência da Hemorrede do Tocantins, que atuará como a Área Gestora, cabendo-lhe assegurar o acompanhamento, a fiscalização e o cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

10.6.2 A Área Gestora do Contrato será a Superintendência da Hemorrede do Tocantins.

**10.7 Do Termo de Compromisso e de Confidencialidade**

10.7.1 Considerando as características específicas do objeto e a ausência de informações sensíveis, estratégicas ou protegidas que exijam tratamento confidencial, entende-se que não há necessidade de formalização de um Termo de Compromisso de Confidencialidade.

**10.8 Da sua Publicação**

10.8.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei N.º 14.133, de 2021, bem como no Diário Oficial do Estado.

39 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

**11. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.**

**11.1 Da Execução do Contrato:**

11.1.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei N.º 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei N.º 14.133, de 2021);

11.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei N.º 14.133, de 2021);

11.1.3 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei N.º 14.133, de 2021);

**11.2 Da Gestão do Contrato:**

11.2.1 Em conformidade com os arts. 300 a 302 do Decreto Estadual N.º 6.606, de 28 de março de 2023, o modelo de gestão contratual tem como objetivo descrever como será realizado o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratual, a fim de assegurar o cumprimento dos resultados esperados pela Administração Pública. Esse modelo deve incluir a definição dos agentes públicos responsáveis, os protocolos de comunicação entre contratante e contratado, as formas de pagamento, os métodos de avaliação da conformidade dos produtos e serviços entregues, bem como a verificação do cumprimento contínuo das condições contratuais.

11.2.2 O termo de referência, conforme prevê o art. 302 do mesmo decreto, deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: cronograma físico- financeiro com previsão de desembolso; indicação da área gestora do contrato; critérios de avaliação dos serviços prestados; estimativa da demanda; garantia de inspeções; termos de compromisso e confidencialidade; mecanismos formais de comunicação; exigência de garantia contratual (quando aplicável); e análise de riscos conhecidos.

11.2.3 Com base nessas diretrizes, a gestão contratual será exercida da seguinte forma:

11.2.4 Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros (Decreto Estadual N.º 6.606 de 28 de março de 2023, art. 26, I);

11.2.5 O gestor do Contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõe os incisos II, III e IV do art. 26 (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, I);

11.2.6 O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, II);

11.2.7 O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, III);

11.2.8 O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao Contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, IV);

11.2.9 O gestor do Contrato coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de Contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, V);

11.2.10 O gestor do Contrato constituirá relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal N.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do Contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos Estudos Técnicos

40 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

Preliminares, Termo de Referência e Projeto Básico das novas contratações (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, VI);

11.2.11 O gestor do Contrato coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do Contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, VII);

11.2.12 O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, VIII);

11.2.13 O gestor do Contrato diligenciará para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal N.º 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, IX);

**11.3 Da Fiscalização:**

11.3.1 Conforme § 3º, art. 8º da Lei N.º 14.133/2021, a fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da Hemorrede do Tocantins obedecendo ao Decreto Estadual N.º 6.606 de 28 de março de 2023, art. 26 ao 38, observando que:

11.3.1.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante especialmente designado por meio de portaria, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

11.3.1.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.3.1.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

11.3.1.4 A fiscalização ocorrerá ainda, nos termos da Portaria N.º 494/2022 de 13 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado N.º 6.098 de 31 de maio de 2022 ou outra portaria que venha a substituí-la na época da assinatura do Contrato, bem como, na forma do Manual do Gestor de Contratos do Tribunal de Contas do Estado.

11.3.1.5 A fiscalização por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art. 120 Lei N.º 14.133/2021), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o material adquirido, subsistirá a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança deste último.

11.3.1.6 No momento da formalização contratual, os servidores responsáveis por desempenhar as funções de fiscal, suplente e gestor do Contrato, serão designados por meio de Portaria.

**11.4 Da Forma de Comunicação com a Contratada**

11.4.1 Qualquer aviso, comunicação ou notificação de uma parte à outra a respeito do objeto a ser contratado, incluindo qualquer fatura de pagamento ou notificações para reembolso de despesas deverá ser feita por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por Correios, ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento, devendo ser endereçadas da seguinte forma:

a) Se para a Contratada, no endereço constante do preâmbulo do contrato a ser firmado: a/c: Tel: (-63) 3027-4661 e-mail: [gprocessos.hemoto@gmail.com].

b) Se para a Contratante, no endereço constante do preâmbulo do contrato a ser firmado: a/c: Tel: (--) ---- e-mail: -  
---

11.4.2 Se qualquer das partes modificarem seu endereço deverá comunicar imediatamente à outra, sob pena de a comunicação enviada na forma, número e no endereço, físico ou eletrônico, previsto nesta Cláusula ser tida e aceita como válida, inclusive para todos os fins de pagamento, citação inicial, notificação, intimação e/ou ciência originados de atos administrativos ou judiciais.

**12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

12.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.2. Disponibilizar o local de entrega e os responsáveis pelo recebimento.

12.3. Receber os produtos, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo.

41 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

- 12.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a Contratada entregar fora das especificações do Termo.
- 12.5. Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso.
- 12.6. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo determinado no Termo e em seus anexos, inclusive, no Contrato (quando houver).

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

#### **13.1 Obrigações Gerais**

13.1.1 A área disponível para instalação dos equipamentos compreende cerca de 4 m<sup>2</sup>. Caso o equipamento fornecido não se adeque, a CONTRATADA assume o ônus de qualquer adequação física/predial, elétrica e hidráulica, que se fizer necessária.

13.1.1.1 É de responsabilidade da Contratada, após a adequação física, a instalação dos equipamentos, bem como a demonstração de operação e treinamento ao usuário assumindo ônus de qualquer adequação física, elétrica e hidráulica, que se fizer necessária.

13.1.1.2 Considerar que qualquer adequação da área física somente poderá ser executada mediante prévia aprovação e acompanhamento do Hemocentro Coordenador de Palmas juntamente com a equipe de Engenharia da SES (Secretaria de Estado da Saúde).

13.1.2 A assumir integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do contrato.

13.1.3 O consumo extraordinário de insumos e demais acessórios resultante de problemas ligados ao mau funcionamento do(s) equipamento(s), mau desempenho dos kits, será de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional ao contratante.

13.1.4 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva dos cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstos na legislação (art. 116 da Lei N.º 14.133/2021).

13.1.5 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo de 90 (noventa) dias corridos a partir da notificação/solicitação pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preenche as referidas vagas (art. 116 da Lei N.º 14.133/2021).

13.1.6 Executar fielmente o objeto licitado, conforme as especificações, prazos estipulados e exigidos no Termo.

13.1.7 Entregar os materiais que atendam rigorosamente às especificações constantes em sua proposta, respeitando o solicitado no Termo.

13.1.8 Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

13.1.9 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

13.1.10 Assumir integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do Processo.

13.1.11 Conforme previsto no art. 122 da Lei Federal N.º 14.133/2021, a Contratada não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, constituindo infração contratual passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do Contratante.

13.1.12 De forma a garantir a conformidade legal e a observância aos princípios da moralidade e da impessoalidade, o inciso 3º do art. 122 da Lei N.º 14.133/2021, veda à subcontratação de pessoa física ou jurídica cujos dirigentes, sócios ou representantes legais possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agentes públicos que atuem no procedimento licitatório ou na gestão/fiscalização contratual, ou que com eles possuam relação de cônjuge, companheiro ou parentesco até o terceiro grau.

13.1.13 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.14 Repor todas as perdas ocasionadas por falha do produto quando não estiver atendendo aos parâmetros técnicos da Hemorrede.

#### **13.2 Do Treinamento Técnico**

42 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

13.2.1 A empresa vencedora deverá fornecer periodicamente treinamento/reciclagem dos técnicos que utilizarão os equipamentos, sem ônus para a Hemocentro do Tocantins.

13.2.2 Após publicação do Contrato no DOE/TO, o Hemocentro Coordenador de Palmas irá notificar a CONTRATADA e agendar para no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos o início do treinamento, que será destinado aos servidores designados pela CONTRATANTE, em quantos dias forem necessários, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

13.2.3 A contratada disponibilizará toda capacitação necessária por meio de treinamento teórico-prático, por meio de assessor científico com conhecimento do equipamento e reagentes;

13.2.4 A CONTRATADA deverá fornecer a quantidade de insumos e materiais necessários para a realização dos testes de acordo com cada item do objeto desta licitação, sem ônus à CONTRATANTE.

13.2.5 O horário de realização do treinamento deverá abranger todas as rotinas realizadas e também incluir todos os horários dos colaboradores e se for necessário será incluído os finais de semana.

**13.3 Do Conjunto de Reagentes**

13.3.1 A empresa vencedora deverá obedecer aos requisitos abaixo:

13.3.1.1 Os produtos devem ser de alta qualidade, sem falhas ou quaisquer outras avarias, com excelência na resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;

13.3.1.2 Entregues obedecendo rigorosamente às cláusulas do Termo e seus anexos;

13.3.1.3 Os reagentes deverão ter a data de validade mínima de acordo com o descrito no objeto.

13.3.1.4 Para os reagentes de hemácias, deverá ser garantida a integridade das hemácias, não podendo apresentar turvação ou hemólise, no transporte e dentro do prazo de validade, quando armazenada corretamente.

13.3.1.5 A temperatura de transporte deverá estar em acordo com a temperatura de armazenamento constante no rótulo do reagente.

13.3.1.6 Os produtos deverão ser registrados no Ministério da Saúde e apresentar rótulos, instruções de uso, bula e embalagem em português. Os rótulos dos frascos e das embalagens deverão conter nome e origem do produto, nome do fabricante, número de registro na ANVISA/MS, validade do produto, número do lote, volume e temperatura de estocagem. A embalagem dos produtos deve estar íntegra e bem vedada. O rótulo deve estar firmemente afixado ao produto de forma a permitir a inspeção visual do conteúdo;

13.3.1.7 A contratada deverá substituir os insumos e produtos que não apresentarem o desempenho desejável na avaliação do controle de qualidade, o que deverá ocorrer no prazo de até 24 horas, a partir da data de solicitação formal junto à fornecedora. Visando a não interrupção da rotina assistencial, deverá se comprometer em repor produtos, frente a problemas técnicos não solucionáveis.

13.3.1.8 Os produtos devem ser entregues em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo.

13.3.1.9 A empresa fica obrigada a manter a garantia/validade dos produtos exigida neste Termo, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a SES/TO ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

13.3.1.10 Caso os reagentes entregues necessitem de centrifugação ou outro preparo antes do uso, recomendado pelo assessor técnico da empresa ou bula, A empresa deverá fornecer todo e qualquer equipamento adicional (centrifugas, incubadoras, homogeneizadores de amostras entre outros) que possa garantir a integridade e qualidade dos reagentes entregues no almoxarifado e liberados para o uso.

**13.4 Das Obrigações Referentes aos Equipamentos**

13.4.1 Os equipamentos a serem instalados/entregues na Hemorrede deverão ser de primeiro uso e/ou equipamento com tecnologia atual em boas condições de utilização. Os equipamentos objeto deste contrato deverão ser instalados/entregues em modelos idênticos, de último lançamento da fabricante, primeiro uso e/ou com no máximo 5 anos de fabricação e dotados de tecnologia atualizada. Deverá ser realizado sempre que necessário o upgrade tecnológico e do software, de forma tal que a plataforma não fique defasada em relação ao mercado ofertante do mesmo equipamento. Caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, deverá ser substituído ou atualizado sem custo adicional a contratante.

43 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

13.4.2 A Contratada deverá fornecer Leitor de código de barras para tubos e todos os acessórios necessários ao funcionamento do equipamento. Os equipamentos deverão imprimir os resultados automaticamente em impressora acoplada ao aparelho e também fornecida pela empresa.

13.4.3 Cada equipamento deverá vir acompanhado de: 01 nobreak com autonomia de no mínimo 30 minutos, 01 impressora a laser e papel para impressão das leituras dos resultados, com manutenção de tonner e todos os insumos necessários à realização dos testes e manutenção como: controles, calibradores, soluções de limpeza e descontaminação do aparelho, recipientes e líquidos de reações etc.

13.4.4 Cada equipamento deverá vir acompanhado ainda de 01 (uma) Centrífuga Sorológica, com a seguinte especificação: Centrífuga sorológica com capacidade para no mínimo 30 tubos de 5ml a 10 ml, sistema de proteção com trava que impeça a sua abertura durante o movimento, sensor de desbalanceamento, controle de funções microprocessado para aceleração, frenagem, rotação de trabalho e tempo. Velocidade programável de 0 a 3500 rpm ou no mínimo 2300 xg com rotor horizontal, controle digital de 1 a 99 minutos, displays independentes para a visualização simultânea de tempo e velocidade, voltagem: 220 volts-50-60 Hz ou bivolt.

13.4.5 A CONTRATADA DEVERÁ apresentar manual de instruções para operação e manutenção do equipamento, na língua portuguesa, com informações detalhadas, bem como o passo a passo para a sua operacionalização.

13.4.6 Após instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá realizar a Qualificação de Instalação informando, no mínimo, se o local de instalação está conforme o fabricante preconiza, com emissão de relatório. Deve realizar também a Qualificação de Operação contendo, no mínimo, a verificação de funcionamento conforme especificações técnicas, com emissão de relatório.

13.4.7 Apresentar, em até 10 dias após a instalação dos equipamentos, o Cronograma de Manutenção Preventiva e Calibração, de acordo com o recomendado no manual do fabricante, acordado com o Hemocentro Coordenador de Palmas/Gestão de Equipamentos, de tal forma que não haja prejuízo da rotina dos serviços.

13.4.8 Não havendo especificação de prazo no manual, o referido Cronograma de Manutenção Preventiva e de Calibração deverá contemplar a manutenção preventiva com periodicidade trimestral e a calibração com periodicidade anual.

13.4.9 A manutenção corretiva deve ser realizada em até 24 hs após notificação via memorando/ ofício ou meio eletrônico (e-mail ou whatsapp).

Caso o problema não seja resolvido a contratada deverá substituí-lo no prazo de 10 dias corridos após notificação de substituição. Fica acordado que, durante o período em que o equipamento estiver paralisado para manutenção corretiva, não haverá cobrança de valores referente à locação.

13.4.10 Ao término de cada manutenção preventiva e corretiva, a contratada deverá emitir um relatório com check-list dos procedimentos executados, com assinatura do técnico responsável pela execução, demonstrando que os equipamentos se encontram em plenas condições de uso e conforme os parâmetros indicados pelo fabricante para o funcionamento adequado.

13.4.11 Durante as manutenções, o equipamento deverá ser identificado com uma sinalização adequada e visível a todos, que o mesmo está bloqueado para uso.

13.4.12 A assistência técnica inclui o fornecimento, substituição e instalação de todos os itens consumíveis necessários ao perfeito e integral funcionamento dos equipamentos, durante todo o período de contrato.

13.4.13 A CONTRATADA deverá instalar e manter o sistema de interfaceamento dos equipamentos ofertados com o sistema Hemovida que é utilizado pela Hemorrede, sem ônus adicional.

13.4.14 Noutras palavras, a empresa CONTRATADA deverá custear o processo de interfaceamento dos equipamentos ao sistema informatizado em uso no Hemocentro Coordenador de Palmas, bem como fornecer os microcomputadores e impressoras necessários à instalação do sistema de interface e impressão dos resultados, e ainda garantir a manutenção preventiva e corretiva do software e do hardware.

13.4.15 Fornecimento de sistema automatizado, integrado ao sistema analítico, de identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE. Fornecer leitor de código de barras diodo de laser, 40 scans/s, auxiliar para identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE.

44 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

- 13.4.16 Os resultados dos exames deverão ser transmitidos automaticamente para o sistema de informática do próprio equipamento, que os armazenará e enviará para o sistema de informática da CONTRATANTE. Todo esse processo de interfaceamento será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem ônus adicional para a contratante.
- 13.4.17 Havendo necessidade de modificação do software de interfaceamento utilizado pela CONTRATANTE, inclusive desenvolvimento de protocolos de comunicação e expansão do número de usuários do software por maior demanda de equipamentos, este se dará inteiramente por conta do licitante vencedor contratado.
- 13.4.18 Todos os custos de interfaceamento dos equipamentos se darão por conta da empresa CONTRATADA.
- 13.4.19 O sistema de informática do equipamento deverá ser capaz de armazenar os resultados e identificação das amostras, de acusar e registrar as informações em meio magnético, possibilitando assim, o acompanhamento em vídeo e/ou relatório de todos os exames realizados. O sistema deverá ser compatível com WINDOWS 10, ou com aquele que estiver sendo usado pela CONTRATANTE.
- 13.4.20 Fornecimento dos equipamentos de informática, integrados aos equipamentos ou em separado, para atender a demanda licitada. O(s) computador (es) deverá (ao) vir com a configuração mínima para os seguintes itens: processador de 3.5 GHz, memória RAM de 4,00 GB, placa de rede de 100/1000 (gigabit) com conexões RJ45 e placa de comunicação multisseriada, configuráveis por —software e monitor 17 polegadas.
- 13.4.21 Caso o equipamento apresente necessidade de manutenção corretiva de 2 (duas) vezes no período de 6 (seis) meses, o equipamento deverá ser substituído por equipamento nas condições exigidas neste Termo de Referência;
- 13.4.22 Configuração de setup, caso necessite;
- 13.4.23 Atualização de software quando necessário e disponível;
- 13.4.24 Prestar manutenção preventiva e calibração de acordo com estabelecido no manual do fabricante. Caso não haja especificação, a manutenção preventiva deverá ser trimestral e a Calibração anual.
- 13.4.25 A manutenção corretiva deve ser realizada em até 24hs após notificação via memorando/ ofício ou meio eletrônico (e-mail ou whatsapp). Caso o problema não seja resolvido a contratada deverá substituí-lo no prazo de 48 horas após notificação de substituição;
- 13.4.26 Realizar capacitação in loco até 15 (quinze) dias após a entrega dos equipamentos, prestar assessoria técnica e científica quando solicitado, em cada Unidade da Hemorrede em que o equipamento estiver sendo utilizado.
- 13.4.27 A contratada deverá manter os equipamentos locados nas unidades da Hemorrede, enquanto houver /insumos para utilização, limitado ao prazo máximo de seis meses após final da vigência do contrato, sem ônus para a Contratante. Caso o consumo total ocorra antes deste período, a Contratada será notificada para realizar a retirada dos Equipamentos.
- 13.4.28 Fornecer todos os reagentes/reativos, insumos necessários para realização dos testes, de acordo com a metodologia do equipamento fornecido, para o quantitativo de testes solicitados.
- 13.4.29 O equipamento deverá vir acompanhado do manual técnico do usuário e de manutenção em português.
- 13.4.30 Declaração que comprove que o equipamento possui todas as calibrações exigidas
- 13.4.31 A contratada deverá suprir todos e quaisquer materiais como acessórios, insumos consumíveis e soluções de lavagem que forem necessários para a execução dos testes e funcionamento do equipamento automatizado, caso o equipamento exija, computadores e impressoras próprios;
- 13.4.32 O sistema operacional do equipamento deve vir acompanhado das respectivas licenças de uso e com sistema de atualização de software periódico. A CONTRATADA deverá providenciar instalação e manutenção de versão atualizada de seu software quando for o caso; Caso a CONTRATADA tenha que adequar seu software todos os custos serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 13.4.33 Os equipamentos deverão ser a versão mais atualizada e de preferência primeiro uso em escala laboratorial, devendo estar em perfeitas condições;
- 13.4.34 Os equipamentos deverão atuar baixo ruído e calor.
- 13.4.35 A empresa CONTRATADA deverá prestar assessoria técnica e científica conforme a necessidade da CONTRATANTE, devendo realizar atualização de treinamento uma vez anualmente com emissão de certificado do treinamento caso necessário;
- 13.4.36 Os equipamentos deverão ser mantidos na Hemorrede do Tocantins até o consumo final dos insumos, mesmo após a vigência do contrato.

45 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

13.4.37 Se o equipamento apresentar defeitos seguidos, isto é, mais de 03 (três) no período de trinta dias, a contratada deverá substituir o mesmo.

13.4.38 Caso o equipamento faça uso de reagentes que necessitem de descarte especial (resíduo químico/biológico), a empresa contratada deverá fornecer a quantidade suficiente de recipientes de descarte para o resíduo gerado pelo equipamento (proporcional ao volume dia/mês), em cumprimento às normas de gerenciamento de resíduos.

13.4.39 A empresa contratada deverá realizar reposição de testes perdidos por falha mecânica ou eletrônica devido à falta de manutenção preventiva, bem como defeitos ou vícios no nobreak fornecido. Ou por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais do equipamento, suas partes e acessórios, obrigando-se a substituir os elementos defeituosos, em até 72 horas. A Contratada deverá realizar a reposição de todas as perdas de reações, acessórios, reagentes e ponteiras, decorrentes de falha do produto ou do equipamento, ou, ainda, que não estiverem atendendo aos parâmetros técnicos da contratante, incluindo as aferições realizadas pelo soro, hemácias e controle interno.

### **13.5 Do Interfaceamento de Amostras e Resultados**

13.5.1 Todos os equipamentos cedidos em locação, inclusive o equipamento, deverão ter capacidade de interfaceamento e de atendimento às condições que seguem:

13.5.1.1 Prestar assessoria técnica e científica quando solicitado pela Contratante. A empresa deverá fornecer pelo menos dois canais de suporte ativo 24 (vinte e quatro) horas (segunda a sábado) caso ocorra algum problema com o interfaceamento ou equipamento da CONTRATADA.

### **13.6 Das Manutenções Preventivas, Corretivas e Calibrações dos Equipamentos Locados.**

13.6.1 O objeto inclui a prestação de assistência técnica (manutenção preventiva, corretiva, validação, calibração e assessoria técnico-científica), que consiste na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

13.6.2 Acerca das manutenções além do já mencionado anteriormente, a empresa CONTRATADA deverá atender ao que se segue:

13.6.3 A CONTRATADA deverá prestar manutenção preventiva da aparelhagem e assistência técnica dos equipamentos instalados. Deve apresentar o cronograma de manutenção preventiva e das calibrações de acordo com o recomendado pelo fabricante, de tal forma que não haja prejuízo da rotina dos serviços, podendo ser agendadas aos sábados, domingos e feriados se forem necessário.

13.6.4 Apresentar ao término de cada manutenção preventiva, declaração explícita de que os equipamentos se encontram conforme os parâmetros indicados pelo fabricante para o funcionamento e em plenas condições de uso, anexando relatório dos procedimentos executados.

13.6.5 Promover a calibração dos equipamentos automatizados, segundo preconizado pelo fabricante, normas vigentes e realizado na supervisão do Laboratório de Imuno-hematologia, quando da instalação do equipamento, bem como quando forem realizadas intervenções preventivas e/ou corretivas que demandem a realização de nova calibração, com emissão do respectivo Certificado de Calibração.

13.6.6 Calibração: A empresa CONTRATADA fornecedora do equipamento deverá realizar calibrações dos parâmetros com periodicidade anual e fornecer a CONTRATANTE os respectivos certificados rastreados à Rede Brasileira de Calibração (R.B.C.) originais ou organização similar e certificados conforme a norma ISO/NBR 17025. Sempre que ocorrerem reparos que possam alterar algum parâmetro calibrável, este deverá ser calibrado e ajustado se necessário e poderão ser necessárias novas qualificações do equipamento. Os certificados de Calibração deverão ter a análise crítica dos parâmetros documentados.

13.6.7 Instrumentos de medição utilizados: Para verificação dos parâmetros dos equipamentos a empresa CONTRATADA deverá utilizar instrumentos calibrados contra padrão rastreado pela Rede Brasileira de Calibração (R.B.C.) com o respectivo certificado de calibração cujas cópias atualizadas deverão ser fornecidas à fiscalização da CONTRATANTE. Os certificados de Calibração deverão ter a análise crítica dos parâmetros documentados.

13.6.8 Fornecimento de laudo de calibração dos equipamentos, segundo preconizado pelo fabricante, quando da instalação do equipamento e anualmente após a instalação, bem como quando forem realizadas intervenções preventivas e/ou corretivas que demandem a realização de nova calibração;

46 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

13.6.9 Prestação de serviço de assistência técnica (manutenção corretiva) quando solicitada pela Hemocentro do Tocantins, deverá ser atendida em 24 (vinte e quatro) horas corridas, no máximo, após a solicitação (chamado) via e-mail. A contratada deverá prestar assistência técnica no equipamento, instrumentos e acessórios fornecidos.

13.6.10 Substituição definitiva, no prazo de 05 (cinco) dias após solicitação da Contratante, caso o equipamento apresentar defeitos constantes e o reparo não possa ser realizado no prazo previsto, a empresa deverá trocar o equipamento, sem interrupção do serviço. Todo o transporte dos equipamentos deve ser de responsabilidade da contratada.

13.6.11 A assistência técnica deverá utilizar apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.

13.6.12 A assistência técnica inclui o fornecimento, substituição e instalação de todos os itens consumíveis necessários ao perfeito e integral funcionamento dos equipamentos, durante todo o período de contrato.

13.6.13 A CONTRATADA deverá apresentar a área Gestão de Equipamentos da CONTRATANTE, ao final de cada intervenção preventiva ou corretiva, relatório conclusivo em papel numerado e timbrado da CONTRATADA contendo no mínimo:

13.6.13.1 Data e local onde foi executado o serviço;

13.6.13.2 Identificação do equipamento com marca, modelo, número de série e número de patrimônio;

13.6.13.3 Descrição dos serviços executados, relação de peças eventualmente substituídas, declaração dos parâmetros calibrados e ajustados;

13.6.13.4 Instrumentos de medição utilizados;

13.6.13.5 Anexo ao relatório deve ser apresentado os respectivos documentos:

a) Ordem de Serviço (O.S.) devidamente preenchida com a assinatura e identificação do cliente e do executante;

b) Check List completamente preenchido e/ou com as devidas observações.

13.6.13.6 Entregar cópia dos relatórios de manutenção e calibração ao responsável pelo setor e etiquetar o equipamento após manutenção preventiva e calibração.

13.6.13.7 Programa para validação de Kits Lote a Lote / Remessa a Remessa com fornecimento de amostras de reatividade variável (amostras reagentes e não reagentes) para cada um dos parâmetros da triagem sorológica: anti-HIV ag/ab, anti-HTLV I/II, AgHBs, anti-HBc, anti-HBs, anti-HCV, anti-T.cruzi (Chagas) e Sífilis, que deverão ser enviadas até o consumo final dos testes adquiridos junto à contratada.

13.6.13.8 A CONTRATADA deverá fornecer conjuntos diagnósticos (kits), preferencialmente, de um único lote de fabricação, e de no máximo 02 (dois) Grupos de fabricação a cada entrega. Caso sejam entregues 02 (dois) lotes em uma mesma entrega o fato deverá ser comunicado previamente ao Laboratório de Sorologia que emitirá carta de ciência. A Contratada deverá fornecer kits reagentes e acessórios necessários para validação de cada lote e a cada remessa sem ônus para a Contratante.

13.6.13.9 Serviço de Controle de Qualidade Externo em Sorologia (Ensaio de Proficiência) e Programa de Controle de Qualidade Interno em Sorologia, em conformidade com a RDC ANVISA N.º 302 de 13 de outubro de 2005 e Portaria de Consolidação N.º 5, anexo IV de 28 de Setembro de 2017.

13.6.13.10 Ambos os programas deverão ser enviados até o consumo final dos testes adquiridos junto à contratada. Os programas devem ser fornecidos para os testes realizados na triagem sorológica de banco de sangue: anti-HIV ag/ab, anti-HTLV I/II, AgHBs, anti-HBc, anti-HCV, anti-T. cruzi (Chagas) e Sífilis.

13.6.13.11 Juntamente com os Controles de Qualidade Interno e Externo, a contratada deverá fornecer um programa de educação continuada. Estes programas deverão permitir a emissão de certificado de participação e avaliação.

13.6.13.12 A CONTRATADA deverá repor todos os reagentes e materiais necessários e utilizados durante os processos de validação e calibração dos equipamentos ofertados.

13.6.13.13 Deve obrigatoriamente acompanhar os Equipamentos, se necessário e sem ônus adicional: Sistema de purificação de água ou fornecimento de água grau reagente tipo I ou II em galões, de acordo com as necessidades preconizadas pelos equipamentos. Serão de responsabilidade da empresa a instalação do sistema de purificação de água, bem como sua manutenção, calibração e verificação do padrão da água fornecida pela estação de tratamento de

47 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

forma a atender as exigências do fabricante para realização ótima dos testes e dos critérios de nosso programa de qualidade.

13.6.13.14 Eventuais despesas de remessa e retorno de equipamentos ou quaisquer de suas partes, quando a CONTRATADA julgar necessário ocorrerão por conta desta, desobrigando-se a CONTRATANTE de quaisquer preferencialmente, de um único lote de fabricação, e de no máximo 02 (dois) Grupos de fabricação a cada entrega. Caso sejam entregues 02 (dois) lotes em uma mesma entrega o fato deverá ser comunicado previamente ao Laboratório de Sorologia que emitirá carta de ciência. A Contratada deverá fornecer kits reagentes e acessórios necessários para validação de cada lote e a cada remessa sem ônus para a Contratante.

13.6.13.9 Serviço de Controle de Qualidade Externo em Sorologia (Ensaio de Proficiência) e Programa de Controle de Qualidade Interno em Sorologia, em conformidade com a RDC ANVISA N.º 302 de 13 de outubro de 2005 e Portaria de Consolidação N.º 5, anexo IV de 28 de Setembro de 2017.

13.6.13.10 Ambos os programas deverão ser enviados até o consumo final dos testes adquiridos junto à contratada. Os programas devem ser fornecidos para os testes realizados na triagem sorológica de banco de sangue: anti-HIV ag/ab, anti-HTLV I/II, AgHBs, anti-HBc, anti-HCV, anti-T. cruzi (Chagas) e Sífilis.

13.6.13.11 Juntamente com os Controles de Qualidade Interno e Externo, a contratada deverá fornecer um programa de educação continuada. Estes programas deverão permitir a emissão de certificado de participação e avaliação.

13.6.13.12 A CONTRATADA deverá repor todos os reagentes e materiais necessários e utilizados durante os processos de validação e calibração dos equipamentos ofertados.

13.6.13.13 Deve obrigatoriamente acompanhar os Equipamentos, se necessário e sem ônus adicional: Sistema de purificação de água ou fornecimento de água grau reagente tipo I ou II em galões, de acordo com as necessidades preconizadas pelos equipamentos. Serão de responsabilidade da empresa a instalação do sistema de purificação de água, bem como sua manutenção, calibração e verificação do padrão da água fornecida pela estação de tratamento de forma a atender as exigências do fabricante para realização ótima dos testes e dos critérios de nosso programa de qualidade.

13.6.13.14 Eventuais despesas de remessa e retorno de equipamentos ou quaisquer de suas partes, quando a CONTRATADA julgar necessário ocorrerão por conta desta, desobrigando-se a CONTRATANTE de quaisquer ações nesse sentido.

**14. DO PAGAMENTO.**

14.1 Efetuada a entrega, a Nota Fiscal/Fatura será encaminhada à SES- TO, após conferência e atestos;

14.2 Caso Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção;

14.3 A Contratante terá um prazo de até 10 (dez) dias úteis para conferência e aprovação, contados da sua protocolização, e será paga, diretamente na conta corrente da Contratada;

14.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no parágrafo anterior, passará a ser contado a partir da data da sua representação;

14.5 O prazo previsto para realização dos pagamentos será de 30 (trinta) dias na conformidade da Lei N.º 14.133/2021, Capítulo X;

14.6 O Imposto de renda será retido na conformidade com o Decreto Estadual N.º 6.647 de 12 de setembro de 2023 que dispõe sobre a retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Estadual e pelos fundos, autarquias e fundações públicas estaduais a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;

14.7 Os pagamentos não serão efetuados por meio de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

14.8 Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei N.º 14.133/2021, ficam estabelecidos como critérios para a atualização monetária e reajustamento de preços aqueles previstos no instrumento contratual, observada a data-base definida, a periodicidade legal e os índices oficiais ou setoriais adotados pela Administração, aplicáveis entre a data do adimplemento da obrigação e a do efetivo pagamento.

48 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

14.9 Conforme o art. 92, inciso VI, da Lei N.º 14.133/2021, a medição dos serviços e/ou a conferência do objeto será realizada na forma prevista neste contrato, servindo de base para a liquidação e pagamento, observados os prazos estipulados, de modo a garantir segurança jurídica, previsibilidade e transparência na execução contratual.

**15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

15.1 Conforme art. 137 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023 o licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal N.º 14.133/2021, apuradas em regular Processo Administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2 A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 319 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

15.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave nos casos previstos no art. 320 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

15.4 A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nos casos previstos no art. 321 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

15.5 A multa a ser aplicada será no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato licitado ou celebrado nos termos do art. 323 e 324 Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

15.6 Em caso de infração penal, aplica-se o disposto nos artigos 377-E a 337-P, do CAPÍTULO II-B - Dos crimes em licitações e contratos administrativos, do Código Penal, incluído pela Lei N.º 14.133, de 2021.

**16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.**

16.1 Qualquer insumo utilizado deverá seguir todos os critérios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei N.º 12.305, de 2 de agosto de 2010.

16.2 Os critérios de sustentabilidade deverão estar em conformidade com os preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais, além de observar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal, previstos na Instrução Normativa N.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia) e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

16.3 Neste sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão ao meio ambiente. Ainda com o foco na sustentabilidade, visando diminuir a poluição ou agressão ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei N.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

16.4 Visando o atendimento ao artigo 5º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de janeiro de 2010, serão observados, na medida do possível, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I. Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

II. Os objetos devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

16.5 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

III. A Contratada se responsabilizará pela adequada destinação das embalagens que envolvem os medicamentos, equipamentos

49 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços e adotará critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis.

IV. No ato da entrega o fornecedor deve se responsabilizar-se pelo descarte, devendo realizar a Logística Reversa, aplicada ao setor de medicamentos, caso ocorra perdas, avarias ou outro que vierem prejudicar a dispensação dos mesmos, devendo a mesma retirar em 30 (trinta dias) antes do prazo de validade.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 A pretendida aquisição visa atender ainda ao Princípio da Responsabilidade Fiscal de modo que seja compatível a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

17.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.3 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado no edital, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.5 Este Termo de Referência foi elaborado com base nas indicações do Estudo Técnico Preliminar que o precede, com as devidas adequações, apresentando a melhor solução estudada previamente.

17.6 Com base no Estudo Técnico Preliminar, foram definidas as especificações técnicas e os critérios de julgamento que visam garantir a obtenção da melhor proposta, considerando a otimização dos recursos públicos e o atendimento às necessidades da Administração.

## **17.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, (art. 6º, inciso XXIII, alínea c', da Lei n. 14.133/2021).**

17.7.1 A estratégia escolhida para Contratação de Conjunto integrado de serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência —in vitro, a fim de atender as necessidades da Hemorrede do Tocantins por meio de PREGÃO ELETRÔNICO. Esta abordagem oferece agilidade e eficiência no processo de aquisição, otimizando o cadastro e procedimento licitatório. Abaixo, destacam-se os principais pontos dessa solução:

### **17.7.1.1 Padronização dos Insumos:**

- A Conjunto integrado de serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência —in vitro, reflete uma abordagem abrangente, cobrindo diversas necessidades no atendimento ao doador voluntário de sangue.

- A padronização permite simplificar o processo de aquisição, reduzindo a complexidade do cadastro e licitação.

### **17.7.1.2 Eficiência operacional:**

- Ao escolher o conjunto integrado de locação e insumo contratados evita a divergência do insumo com a locação, com isso a modalidade de **MENOR PREÇO POR GRUPO** contribui para a eficiência operacional, assegurando que os produtos necessários estejam disponíveis de maneira oportuna.

### **17.7.1.3 Controle de custos:**

- A padronização e antecipação na confecção dos processos possibilitam um melhor controle de custos, permitindo a negociação de preços mais vantajosos e evitando oscilações durante o exercício e insumos divergentes da locação.

### **17.7.1.4 Atendimento integral da demanda:**

- A escolha de Conjunto integrado de serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência “in vitro”, visa atender integralmente às demandas das unidades hospitalares, proporcionando uma cobertura ampla e efetiva.

50 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E NAS CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA .....**

O **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta capital, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ sob Nº 25.053.117/0001-64, pelo Senhor Secretário de estado da Saúde, **CARLOS FELINTO JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato nº 3.232- NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 6.960, de 12 de dezembro de 2025, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ..... pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na ....., inscrita no CNPJ sob Nº ....., Inscrição Estadual sob nº ....., doravante denominada CONTRATADA, representada por seu titular, o(a) Sr.(a) ....., brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Nº ..... - SSP-....., CPF nº ....., resolvem celebrar o presente CONTRATO, elaborado de acordo com a minuta aprovada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS** e pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, observadas as disposições da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual Nº. 6.606, de 28 de março de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de **conjunto integrado de serviços com locação de equipamentos/automação, fornecimento de reagentes e insumos pela metodologia Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência - in vitro**, a fim de atender as necessidades da Hemorrede do Tocantins, no que se refere à triagem sorológica das doenças transmissíveis pelo sangue.

51 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

**PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

A aquisição deste Contrato as quantidades e observações constantes do Objeto da Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, conforme **Processo nº 2025/30550/011293** parte integrante deste Contrato, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

Item	Qtd	Und	Especificações	Preço Unitário	Preço Global
VALOR TOTAL					

(AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO CONTRATADO SERÃO INSERIDAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM BASE NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA)

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição do(s) produto(s) o valor total de R\$ .....  
(.....).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****3.1. Da Qualidade dos Produtos:**

- 3.1.1. Alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias;
- 3.1.2. Excelente resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;
- 3.1.3. Devem ser entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Termo de Referência.

**3.2. Da Garantia/Assistência Técnica dos Produtos:**

- 3.2.1. Os produtos devem ter a garantia/validade mínima de 4 (quatro) meses ou conforme descrição do item, contados da entrega dos produtos.
- 3.2.2. A Contratada fica obrigada a manter a garantia/validade dos produtos exigida neste Termo, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a SES/TO ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.
- 3.2.3. Durante o período de garantia dos produtos, a Contratada deverá arcar consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, embalagem ou armazenamento e outros eventos, para os quais a Contratante não concorreu.
- 3.2.4. O prazo para a Contratada atender ao item acima, deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da SES/Hemorrede-TO.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL E CRONOGRAMA DE ENTREGA:****4.1 Do Prazo de Entrega:**

- 4.1.1 A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados do início da publicação do Contrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins, salvo, se por motivo justo, a Contratada solicitar prorrogação, e este pedido ser aceito pela SES/TO.
- 4.1.2 Se a Contratada não cumprir o prazo de entrega ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formal aceita pela Contratante, decairá seu do direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se as penalidades previstas no Termo, sendo convocados os licitantes remanescentes em ordem de classificação para contratar com a SES/TO.

**4.2 Do Local de Entrega:**

52 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)



PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

4.2.1 A CONTRATADA deverá entregar e instalar os equipamentos compatíveis solicitados neste termo, obedecendo à descrição, quantidade e local de instalação, conforme segue:

Item 01: Locação de (dois): Equipamentos idênticos para Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência (CMIA) ou Eletroquimioluminescência	
Quant.	Local de entrega
02	Hemocentro Coordenador de Palmas, situado na AVNO 30, Av. NS 1, Conjunto 02, Lote 01, Palmas-TO; CEP: 77.001-214

**4.3. Do Cronograma de entrega dos produtos:**

4.3 Do Cronograma de entrega dos produtos:

4.3.1 A entrega deverá ser realizada no prazo de 7 (SETE) dias após solicitação da área técnica;

4.3.2 A quantidade solicitada a cada entrega poderá variar para mais ou para menos conforme necessidade da área técnica, não excedendo a quantidade total.

CRONOGRAMA DE ENTREGA								
Item	Nome do Produto	1º Entrega	2º Entrega	3º Entrega	4º Entrega	5º Entrega	6º Entrega	Total Anual
02	ANTI - HBC TOTAL	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
03	HBsAG	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
04	ANTI HBs	500	500	500	500	500	500	3.000
05	ANTI HCV	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	30.000
06	ANTI-HIV 1 e 2 - Ag/Ab	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
07	HTLV I E II	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
08	Chagas	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000
09	Ac Total anti-Sífilis	7.500	7.500	5.000	5.000	5.000	5.000	35.000

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO**

5.1 Os produtos deverão ser armazenados e transportados em condições estabelecidas pelo fabricante de forma a não permitir sua deterioração.

5.2 O recebimento será confiado a uma comissão composta de, no mínimo, 3 (três) membros (servidores) devidamente designados, conforme estabelece o art. 140 da Lei N.º 14.133/2021.

5.3 Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, que poderá estar acompanhada da Relação de Itens ou de outro documento emitido pela SES/TO.

5.4 O recebimento se dará em observância com o art. 140 da Lei N.º 14.133/2021, e ainda: PROVISORIAMENTE, para efeito de verificação da conformidade dos produtos, será aberto o Relatório de Inspeção de Recebimento – RIR, para avaliação do produto entregue, bem como se a Nota Fiscal/Fatura encontra lavrada sem incorreções.

5.5 A licitante vencedora terá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega dos equipamentos, para realizar os seguintes serviços, nos itens que couber:

✓ Qualificação de Instalação com, no mínimo, verificação do local e espaço adequados, tensão e corrente compatíveis e climatização adequada, com emissão de relatório;

53 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)



**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

✓ Qualificação de Operação com, no mínimo, verificação de funcionamento conforme especificações técnicas, com emissão de relatório de temperatura e alarmes sonoros;

5.6 A SES/HEMORREDE terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento, para verificar se os produtos fornecidos e a NF/Fatura estão em consonância com o Termo e com seus anexos.

5.7 DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação e aprovação do Relatório de Inspeção de Recebimento – RIR.

5.8 Se constatado que os produtos atendem ao Termo a Hemorrede terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório para efetuar o recebimento definitivo e enviar a nota fiscal para pagamento;

5.9 Atestada a Nota Fiscal, esta seguirá os trâmites para pagamento na SES/TO.

5.10 Caso os produtos se encontrem em desconformidade com o exigido, a SES/Hemorrede do Tocantins notificará a Contratada para substituí-los no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação:

5.11 Neste caso, o recebimento do(s) produto(s) escoimado(s) dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo, estando a Contratada passível de penalidade(s) pelo descumprimento das condições Termoícias.

5.12 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

5.13 A carga e a descarga, inclusive logística reversa (se necessária), serão por conta da Contratada, sem ônus de frete para a SES/Hemorrede do Tocantins.

5.14 A SES recusará os produtos nas seguintes hipóteses:

5.14.1 Qualquer situação em desacordo entre os produtos e o Termo de Referência, Edital de licitação e de seus Anexos ou a Nota de Empenho/Contrato.

5.14.2 Nota Fiscal/Fatura com especificação do objeto, quantidades em desacordo com o discriminado no Termo, seus anexos e na proposta adjudicada.

5.14.3 Apresentarem vícios de qualidade, funcionamento ou serem impróprios para o uso, ou ainda defeitos de fabricação.

5.14.4 Ainda que ocorra a situação prevista na alínea d do inciso II do art. 124 da Lei Federal N.º 14.133/2021, a SES/Hemorrede do Tocantins, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato (quando for o caso) e iniciar outro processo Licitatório.

5.14.5 Os produtos deverão ser transportados, armazenados e entregues em condições de acondicionamento que permita a manutenção da temperatura adequada.

5.14.6 Ao Contratante fica reservado e garantido o direito à fiscalização dos produtos, solicitando a substituição dos mesmos com imperfeições ou em desobediência às normas técnicas.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1 Vigência**

6.1.1 O presente contrato terá vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, por se tratar de prestação de serviços de natureza continuada, nos termos do art. 106 da Lei N.º 14.133/2021.

6.1.2 A vigência observará, ainda, as disposições do art. 107 da mesma Lei, de modo que o contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que haja previsão no Plano Plurianual (PPA) e disponibilidade orçamentária, conforme estabelecido no caput do art. 105.

6.1.3 A prorrogação contratual poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, mediante justificativa da Administração, com base em avaliação da execução contratual e na manutenção das condições iniciais da contratação.

### **6.2 Alteração**

6.2.1 Havendo necessidade, o Contrato a ser firmado poderá, mediante prévia justificativa aceita pela superior autoridade competente, ser alterado, observadas as disposições no art. 124 da Lei N.º 14.133/2021, bem como as demais disposições legais pertinentes, no que couber.

54 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

6.2.2 Se necessária modificação no valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas de seu objeto, esta deverá ser devidamente justificada pela Administração Contratante, de acordo com os permissivos legais pertinentes, observado o disposto no art. 125 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

**6.3 Do Reajuste**

6.3.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.3.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicar-se o índice IPCA.

6.3.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.3.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.3.6 A Contratada deverá formalizar a solicitação do reajuste no momento oportuno da renovação contratual;

6.3.7 A não solicitação por parte da Contratada não implica na preclusão do direito ao reajuste; podendo fazê-lo em momento posterior até o limite de um ano da sua renovação.

6.3.8 O reajuste será realizado por Apostilamento.

6.3.9 É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

6.3.10 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio reajuste/econômico-financeiro, quando for o caso, será de 30 (trinta) dias a contar da data da sua solicitação.

**6.4 Da Garantia Contratual**

6.4.1 O pretendido objeto refere-se ao fornecimento de bens e serviços destinados à pronta entrega, caracterizando-se como uma contratação que não demanda etapas subsequentes que apresenta riscos significativos à sua execução.

6.4.2 Com fundamento no disposto no artigo 96 da Lei N.º 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é dispensada, considerando a natureza do objeto e a ausência de riscos associados à execução prolongada ou à prestação de serviços que justifiquem tal exigência.

6.4.3 O artigo 96 da Nova Lei de Licitações e Contratos estabelece que a garantia contratual pode ser exigida em contratos administrativos para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente nos casos em que a natureza do contrato implique riscos à administração pública. Entretanto, para contratos que envolvem o fornecimento de bens com entrega imediata e que não apresentam potencial prejuízo à continuidade administrativa, a exigência de garantia não se aplica, sendo dispensada nos termos legais.

6.4.4 Dessa forma, a dispensa da garantia contratual está alinhada aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade que regem a gestão pública, garantindo a otimização dos recursos públicos e a adequação do processo às suas finalidades.

**6.5 Da Rescisão Contratual**

6.5.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa em conformidade com o art. 137 ao 139 da Lei N.º 14.133/2021, CAPÍTULO VIII que trata das hipóteses de extinção dos contratos.

**6.6 Da Área Gestora**

6.6.1 A Área Gestora do Contrato ficará sob a responsabilidade da Superintendência da Hemorrede do Tocantins, que atuará como a Área Gestora, cabendo-lhe assegurar o acompanhamento, a fiscalização e o cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

6.6.2 A Área Gestora do Contrato será a Superintendência da Hemorrede do Tocantins.

**6.7 Do Termo de Compromisso e de Confidencialidade**

55 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

6.7.1 Considerando as características específicas do objeto e a ausência de informações sensíveis, estratégicas ou protegidas que exijam tratamento confidencial, entende-se que não há necessidade de formalização de um Termo de Compromisso de Confidencialidade.

**6.8 Da sua Publicação**

6.8.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei N.º 14.133, de 2021, bem como no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1 Da Execução do Contrato:**

7.1.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei N.º 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei N.º 14.133, de 2021);

7.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei N.º 14.133, de 2021);

7.1.3 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei N.º 14.133, de 2021);

**7.2 Da Gestão do Contrato:**

7.2.1 Em conformidade com os arts. 300 a 302 do Decreto Estadual N.º 6.606, de 28 de março de 2023, o modelo de gestão contratual tem como objetivo descrever como será realizado o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratual, a fim de assegurar o cumprimento dos resultados esperados pela Administração Pública. Esse modelo deve incluir a definição dos agentes públicos responsáveis, os protocolos de comunicação entre contratante e contratado, as formas de pagamento, os métodos de avaliação da conformidade dos produtos e serviços entregues, bem como a verificação do cumprimento contínuo das condições contratuais.

7.2.2 O termo de referência, conforme prevê o art. 302 do mesmo decreto, deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: cronograma físico- financeiro com previsão de desembolso; indicação da área gestora do contrato; critérios de avaliação dos serviços prestados; estimativa da demanda; garantia de inspeções; termos de compromisso e confidencialidade; mecanismos formais de comunicação; exigência de garantia contratual (quando aplicável); e análise de riscos conhecidos.

7.2.3 Com base nessas diretrizes, a gestão contratual será exercida da seguinte forma:

7.2.4 Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros (Decreto Estadual N.º 6.606 de 28 de março de 2023, art. 26, I);

7.2.5 O gestor do Contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõe os incisos II, III e IV do art. 26 (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, I);

7.2.6 O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, II);

7.2.7 O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, III);

7.2.8 O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao Contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, IV);

56 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

7.2.9 O gestor do Contrato coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de Contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, V);

7.2.10 O gestor do Contrato constituirá relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal N.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do Contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares, Termo de Referência e Projeto Básico das novas contratações (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, VI);

7.2.11 O gestor do Contrato coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do Contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, VII);

7.2.12 O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, VIII);

7.2.13 O gestor do Contrato diligenciará para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal N.º 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual N.º 6.606, de 2023, art. 30, IX);

**7.3 Da Fiscalização:**

7.3.1 Conforme § 3º, art. 8º da Lei N.º 14.133/2021, a fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da Hemorrede do Tocantins obedecendo ao Decreto Estadual N.º 6.606 de 28 de março de 2023, art. 26 ao 38, observando que:

7.3.1.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante especialmente designado por meio de portaria, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

7.3.1.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

7.3.1.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

7.3.1.4 A fiscalização ocorrerá ainda, nos termos da Portaria N.º 494/2022 de 13 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado N.º 6.098 de 31 de maio de 2022 ou outra portaria que venha a substituí-la na época da assinatura do Contrato, bem como, na forma do Manual do Gestor de Contratos do Tribunal de Contas do Estado.

7.3.1.5 A fiscalização por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art. 120 Lei N.º 14.133/2021), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o material adquirido, subsistirá a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança deste último.

7.3.1.6 No momento da formalização contratual, os servidores responsáveis por desempenhar as funções de fiscal, suplente e gestor do Contrato, serão designados por meio de Portaria.

**7.4 Da Forma de Comunicação com a Contratada**

7.4.1 Qualquer aviso, comunicação ou notificação de uma parte à outra a respeito do objeto a ser contratado, incluindo qualquer fatura de pagamento ou notificações para reembolso de despesas deverá ser feita por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por Correios, ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento, devendo ser endereçadas da seguinte forma:

a) Se para a Contratada, no endereço constante do preâmbulo do contrato a ser firmado: a/c: Tel: (-63) 3027-4661 e-mail: [gprocessos.hemoto@gmail.com].

b) Se para a Contratante, no endereço constante do preâmbulo do contrato a ser firmado: a/c: Tel: (--) ---- e-mail: -  
---

7.4.2 Se qualquer das partes modificarem seu endereço deverá comunicar imediatamente à outra, sob pena de a comunicação enviada na forma, número e no endereço, físico ou eletrônico, previsto nesta Cláusula ser tida e aceita

57 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

como válida, inclusive para todos os fins de pagamento, citação inicial, notificação, intimação e/ou ciência originados de atos administrativos ou judiciais.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 8.2. Disponibilizar o local de entrega e os responsáveis pelo recebimento.
- 8.3. Receber os produtos, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo.
- 8.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a Contratada entregar fora das especificações do Termo.
- 8.5. Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso.
- 8.6. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo determinado no Termo e em seus anexos, inclusive, no Contrato (quando houver).

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1 Obrigações Gerais**

9.1.1 A área disponível para instalação dos equipamentos compreende cerca de 4 m<sup>2</sup>. Caso o equipamento fornecido não se adeque, a CONTRATADA assume o ônus de qualquer adequação física/predial, elétrica e hidráulica, que se fizer necessária.

9.1.1.1 É de responsabilidade da Contratada, após a adequação física, a instalação dos equipamentos, bem como a demonstração de operação e treinamento ao usuário assumindo ônus de qualquer adequação física, elétrica e hidráulica, que se fizer necessária.

9.1.1.2 Considerar que qualquer adequação da área física somente poderá ser executada mediante prévia aprovação e acompanhamento do Hemocentro Coordenador de Palmas juntamente com a equipe de Engenharia da SES (Secretaria de Estado da Saúde).

9.1.2 A assumir integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do contrato.

9.1.3 O consumo extraordinário de insumos e demais acessórios resultante de problemas ligados ao mau funcionamento do(s) equipamento(s), mau desempenho dos kits, será de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional ao contratante.

9.1.4 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva dos cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstos na legislação (art. 116 da Lei N.º 14.133/2021).

9.1.5 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo de 90 (noventa) dias corridos a partir da notificação/solicitação pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preenche as referidas vagas (art. 116 da Lei N.º 14.133/2021).

9.1.6 Executar fielmente o objeto licitado, conforme as especificações, prazos estipulados e exigidos no Termo.

9.1.7 Entregar os materiais que atendam rigorosamente às especificações constantes em sua proposta, respeitando o solicitado no Termo.

9.1.8 Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

9.1.9 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

9.1.10 Assumir integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do Processo.

9.1.11 Conforme previsto no art. 122 da Lei Federal N.º 14.133/2021, a Contratada não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, constituindo infração contratual passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do Contratante.

9.1.12 De forma a garantir a conformidade legal e a observância aos princípios da moralidade e da impessoalidade, o inciso 3º do art. 122 da Lei N.º 14.133/2021, veda à subcontratação de pessoa física ou jurídica cujos dirigentes, sócios ou representantes legais possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com

58 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

agentes públicos que atuem no procedimento licitatório ou na gestão/fiscalização contratual, ou que com eles possuam relação de cônjuge, companheiro ou parentesco até o terceiro grau.

9.1.13 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.14 Repor todas as perdas ocasionadas por falha do produto quando não estiver atendendo aos parâmetros técnicos da Hemorrede.

**9.2 Do Treinamento Técnico**

9.2.1 A empresa vencedora deverá fornecer periodicamente treinamento/reciclagem dos técnicos que utilizarão os equipamentos, sem ônus para a Hemocentro do Tocantins.

9.2.2 Após publicação do Contrato no DOE/TO, o Hemocentro Coordenador de Palmas irá notificar a CONTRATADA e agendar para no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos o início do treinamento, que será destinado aos servidores designados pela CONTRATANTE, em quantos dias forem necessários, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

9.2.3 A contratada disponibilizará toda capacitação necessária por meio de treinamento teórico-prático, por meio de assessor científico com conhecimento do equipamento e reagentes;

9.2.4 A CONTRATADA deverá fornecer a quantidade de insumos e materiais necessários para a realização dos testes de acordo com cada item do objeto desta licitação, sem ônus à CONTRATANTE.

9.2.5 O horário de realização do treinamento deverá abranger todas as rotinas realizadas e também incluir todos os horários dos colaboradores e se for necessário será incluído os finais de semana.

**9.3 Do Conjunto de Reagentes**

9.3.1 A empresa vencedora deverá obedecer aos requisitos abaixo:

9.3.1.1 Os produtos devem ser de alta qualidade, sem falhas ou quaisquer outras avarias, com excelência na resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;

9.3.1.2 Entregues obedecendo rigorosamente às cláusulas do Termo e seus anexos;

9.3.1.3 Os reagentes deverão ter a data de validade mínima de acordo com o descrito no objeto.

9.3.1.4 Para os reagentes de hemácias, deverá ser garantida a integridade das hemácias, não podendo apresentar turvação ou hemólise, no transporte e dentro do prazo de validade, quando armazenada corretamente.

9.3.1.5 A temperatura de transporte deverá estar em acordo com a temperatura de armazenamento constante no rótulo do reagente.

9.3.1.6 Os produtos deverão ser registrados no Ministério da Saúde e apresentar rótulos, instruções de uso, bula e embalagem em português. Os rótulos dos frascos e das embalagens deverão conter nome e origem do produto, nome do fabricante, número de registro na ANVISA/MS, validade do produto, número do lote, volume e temperatura de estocagem. A embalagem dos produtos deve estar íntegra e bem vedada. O rótulo deve estar firmemente afixado ao produto de forma a permitir a inspeção visual do conteúdo;

9.3.1.7 A contratada deverá substituir os insumos e produtos que não apresentarem o desempenho desejável na avaliação do controle de qualidade, o que deverá ocorrer no prazo de até 24 horas, a partir da data de solicitação formal junto à fornecedora. Visando a não interrupção da rotina assistencial, deverá se comprometer em repor produtos, frente a problemas técnicos não solucionáveis.

9.3.1.8 Os produtos devem ser entregues em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo.

9.3.1.9 A empresa fica obrigada a manter a garantia/validade dos produtos exigida neste Termo, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a SES/TO ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

9.3.1.10 Caso os reagentes entregues necessitem de centrifugação ou outro preparo antes do uso, recomendado pelo assessor técnico da empresa ou bula, A empresa deverá fornecer todo e qualquer equipamento adicional (centrifugas, incubadoras, homogeneizadores de amostras entre outros) que possa garantir a integridade e qualidade dos reagentes entregues no almoxarifado e liberados para o uso.

**9.4 Das Obrigações Referentes aos Equipamentos**

59 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.4.1 Os equipamentos a serem instalados/entregues na Hemorrede deverão ser de primeiro uso e/ou equipamento com tecnologia atual em boas condições de utilização. Os equipamentos objeto deste contrato deverão ser instalados/entregues em modelos idênticos, de último lançamento da fabricante, primeiro uso e/ou com no máximo 5 anos de fabricação e dotados de tecnologia atualizada. Deverá ser realizado sempre que necessário o upgrade tecnológico e do software, de forma tal que a plataforma não fique defasada em relação ao mercado ofertante do mesmo equipamento. Caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, deverá ser substituído ou atualizado sem custo adicional a contratante.

9.4.2 A Contratada deverá fornecer Leitor de código de barras para tubos e todos os acessórios necessários ao funcionamento do equipamento. Os equipamentos deverão imprimir os resultados automaticamente em impressora acoplada ao aparelho e também fornecida pela empresa.

9.4.3 Cada equipamento deverá vir acompanhado de: 01 nobreak com autonomia de no mínimo 30 minutos, 01 impressora a laser e papel para impressão das leituras dos resultados, com manutenção de tonner e todos os insumos necessários à realização dos testes e manutenção como: controles, calibradores, soluções de limpeza e descontaminação do aparelho, recipientes e líquidos de reações etc.

9.4.4 Cada equipamento deverá vir acompanhado ainda de 01 (uma) Centrífuga Sorológica, com a seguinte especificação: Centrífuga sorológica com capacidade para no mínimo 30 tubos de 5ml a 10 ml, sistema de proteção com trava que impeça a sua abertura durante o movimento, sensor de desbalanceamento, controle de funções microprocessado para aceleração, frenagem, rotação de trabalho e tempo. Velocidade programável de 0 a 3500 rpm ou no mínimo 2300 xg com rotor horizontal, controle digital de 1 a 99 minutos, displays independentes para a visualização simultânea de tempo e velocidade, voltagem: 220 volts-50-60 Hz ou bivolt.

9.4.5 A CONTRATADA DEVERÁ apresentar manual de instruções para operação e manutenção do equipamento, na língua portuguesa, com informações detalhadas, bem como o passo a passo para a sua operacionalização.

9.4.6 Após instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá realizar a Qualificação de Instalação informando, no mínimo, se o local de instalação está conforme o fabricante preconiza, com emissão de relatório. Deve realizar também a Qualificação de Operação contendo, no mínimo, a verificação de funcionamento conforme especificações técnicas, com emissão de relatório.

9.4.7 Apresentar, em até 10 dias após a instalação dos equipamentos, o Cronograma de Manutenção Preventiva e Calibração, de acordo com o recomendado no manual do fabricante, acordado com o Hemocentro Coordenador de Palmas/Gestão de Equipamentos, de tal forma que não haja prejuízo da rotina dos serviços.

9.4.8 Não havendo especificação de prazo no manual, o referido Cronograma de Manutenção Preventiva e de Calibração deverá contemplar a manutenção preventiva com periodicidade trimestral e a calibração com periodicidade anual.

9.4.9 A manutenção corretiva deve ser realizada em até 24 hs após notificação via memorando/ ofício ou meio eletrônico (e-mail ou whatsapp).

Caso o problema não seja resolvido a contratada deverá substituí-lo no prazo de 10 dias corridos após notificação de substituição. Fica acordado que, durante o período em que o equipamento estiver paralisado para manutenção corretiva, não haverá cobrança de valores referente à locação.

9.4.10 Ao término de cada manutenção preventiva e corretiva, a contratada deverá emitir um relatório com check-list dos procedimentos executados, com assinatura do técnico responsável pela execução, demonstrando que os equipamentos se encontram em plenas condições de uso e conforme os parâmetros indicados pelo fabricante para o funcionamento adequado.

9.4.11 Durante as manutenções, o equipamento deverá ser identificado com uma sinalização adequada e visível a todos, que o mesmo está bloqueado para uso.

9.4.12 A assistência técnica inclui o fornecimento, substituição e instalação de todos os itens consumíveis necessários ao perfeito e integral funcionamento dos equipamentos, durante todo o período de contrato.

9.4.13 A CONTRATADA deverá instalar e manter o sistema de interfaceamento dos equipamentos ofertados com o sistema Hemovida que é utilizado pela Hemorrede, sem ônus adicional.

9.4.14 Noutras palavras, a empresa CONTRATADA deverá custear o processo de interfaceamento dos equipamentos ao sistema informatizado em uso no Hemocentro Coordenador de Palmas, bem como fornecer os microcomputadores e

60 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

impressoras necessários à instalação do sistema de interface e impressão dos resultados, e ainda garantir a manutenção preventiva e corretiva do software e do hardware.

9.4.15 Fornecimento de sistema automatizado, integrado ao sistema analítico, de identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE. Fornecer leitor de código de barras diodo de laser, 40 scans/s, auxiliar para identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE.

9.4.16 Os resultados dos exames deverão ser transmitidos automaticamente para o sistema de informática do próprio equipamento, que os armazenará e enviará para o sistema de informática da CONTRATANTE. Todo esse processo de interfaceamento será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem ônus adicional para a contratante.

9.4.17 Havendo necessidade de modificação do software de interfaceamento utilizado pela CONTRATANTE, inclusive desenvolvimento de protocolos de comunicação e expansão do número de usuários do software por maior demanda de equipamentos, este se dará inteiramente por conta do licitante vencedor contratado.

9.4.18 Todos os custos de interfaceamento dos equipamentos se darão por conta da empresa CONTRATADA.

9.4.19 O sistema de informática do equipamento deverá ser capaz de armazenar os resultados e identificação das amostras, de acusar e registrar as informações em meio magnético, possibilitando assim, o acompanhamento em vídeo e/ou relatório de todos os exames realizados. O sistema deverá ser compatível com WINDOWS 10, ou com aquele que estiver sendo usado pela CONTRATANTE.

9.4.20 Fornecimento dos equipamentos de informática, integrados aos equipamentos ou em separado, para atender a demanda licitada. O(s) computador (es) deverá (ao) vir com a configuração mínima para os seguintes itens: processador de 3.5 GHz, memória RAM de 4,00 GB, placa de rede de 100/1000 (gigabit) com conexões RJ45 e placa de comunicação multisseriada, configuráveis por —software e monitor 17 polegadas.

9.4.21 Caso o equipamento apresente necessidade de manutenção corretiva de 2 (duas) vezes no período de 6 (seis) meses, o equipamento deverá ser substituído por equipamento nas condições exigidas neste Termo de Referência;

9.4.22 Configuração de setup, caso necessite;

9.4.23 Atualização de software quando necessário e disponível;

9.4.24 Prestar manutenção preventiva e calibração de acordo com estabelecido no manual do fabricante. Caso não haja especificação, a manutenção preventiva deverá ser trimestral e a Calibração anual.

9.4.25 A manutenção corretiva deve ser realizada em até 24hs após notificação via memorando/ ofício ou meio eletrônico (e-mail ou whatsapp). Caso o problema não seja resolvido a contratada deverá substituí-lo no prazo de 48 horas após notificação de substituição;

9.4.26 Realizar capacitação in loco até 15 (quinze) dias após a entrega dos equipamentos, prestar assessoria técnica e científica quando solicitado, em cada Unidade da Hemorrede em que o equipamento estiver sendo utilizado.

9.4.27 A contratada deverá manter os equipamentos locados nas unidades da Hemorrede, enquanto houver /insumos para utilização, limitado ao prazo máximo de seis meses após final da vigência do contrato, sem ônus para a Contratante. Caso o consumo total ocorra antes deste período, a Contratada será notificada para realizar a retirada dos Equipamentos.

9.4.28 Fornecer todos os reagentes/reativos, insumos necessários para realização dos testes, de acordo com a metodologia do equipamento fornecido, para o quantitativo de testes solicitados.

9.4.29 O equipamento deverá vir acompanhado do manual técnico do usuário e de manutenção em português.

9.4.30 Declaração que comprove que o equipamento possui todas as calibrações exigidas

9.4.31 A contratada deverá suprir todos e quaisquer materiais como acessórios, insumos consumíveis e soluções de lavagem que forem necessários para a execução dos testes e funcionamento do equipamento automatizado, caso o equipamento exija, computadores e impressoras próprios;

9.4.32 O sistema operacional do equipamento deve vir acompanhado das respectivas licenças de uso e com sistema de atualização de software periódico. A CONTRATADA deverá providenciar instalação e manutenção de versão atualizada de seu software quando for o caso; Caso a CONTRATADA tenha que adequar seu software todos os custos serão de responsabilidade da CONTRATADA.

61 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.4.33 Os equipamentos deverão ser a versão mais atualizada e de preferência primeiro uso em escala laboratorial, devendo estar em perfeitas condições;

9.4.34 Os equipamentos deverão atuar baixo ruído e calor.

9.4.35 A empresa CONTRATADA deverá prestar assessoria técnica e científica conforme a necessidade da CONTRATANTE, devendo realizar atualização de treinamento uma vez anualmente com emissão de certificado do treinamento caso necessário;

9.4.36 Os equipamentos deverão ser mantidos na Hemorrede do Tocantins até o consumo final dos insumos, mesmo após a vigência do contrato.

9.4.37 Se o equipamento apresentar defeitos seguidos, isto é, mais de 03 (três) no período de trinta dias, a contratada deverá substituir o mesmo.

9.4.38 Caso o equipamento faça uso de reagentes que necessitem de descarte especial (resíduo químico/biológico), a empresa contratada deverá fornecer a quantidade suficiente de recipientes de descarte para o resíduo gerado pelo equipamento (proporcional ao volume dia/mês), em cumprimento às normas de gerenciamento de resíduos.

9.4.39 A empresa contratada deverá realizar reposição de testes perdidos por falha mecânica ou eletrônica devido à falta de manutenção preventiva, bem como defeitos ou vícios no nobreak fornecido. Ou por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais do equipamento, suas partes e acessórios, obrigando-se a substituir os elementos defeituosos, em até 72 horas. A Contratada deverá realizar a reposição de todas as perdas de reações, acessórios, reagentes e ponteiros, decorrentes de falha do produto ou do equipamento, ou, ainda, que não estiverem atendendo aos parâmetros técnicos da contratante, incluindo as aferições realizadas pelo soro, hemácias e controle interno.

#### **9.5 Do Interfaceamento de Amostras e Resultados**

9.5.1 Todos os equipamentos cedidos em locação, inclusive o equipamento, deverão ter capacidade de interfaceamento e de atendimento às condições que seguem:

13.5.1.1 Prestar assessoria técnica e científica quando solicitado pela Contratante. A empresa deverá fornecer pelo menos dois canais de suporte ativo 24 (vinte e quatro) horas (segunda a sábado) caso ocorra algum problema com o interfaceamento ou equipamento da CONTRATADA.

#### **9.6 Das Manutenções Preventivas, Corretivas e Calibrações dos Equipamentos Locados.**

9.6.1 O objeto inclui a prestação de assistência técnica (manutenção preventiva, corretiva, validação, calibração e assessoria técnico-científica), que consiste na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

9.6.2 Acerca das manutenções além do já mencionado anteriormente, a empresa CONTRATADA deverá atender ao que se segue:

9.6.3 A CONTRATADA deverá prestar manutenção preventiva da aparelhagem e assistência técnica dos equipamentos instalados. Deve apresentar o cronograma de manutenção preventiva e das calibrações de acordo com o recomendado pelo fabricante, de tal forma que não haja prejuízo da rotina dos serviços, podendo ser agendadas aos sábados, domingos e feriados se forem necessário.

9.6.4 Apresentar ao término de cada manutenção preventiva, declaração explícita de que os equipamentos se encontram conforme os parâmetros indicados pelo fabricante para o funcionamento e em plenas condições de uso, anexando relatório dos procedimentos executados.

9.6.5 Promover a calibração dos equipamentos automatizados, segundo preconizado pelo fabricante, normas vigentes e realizado na supervisão do Laboratório de Imuno-hematologia, quando da instalação do equipamento, bem como quando forem realizadas intervenções preventivas e/ou corretivas que demandem a realização de nova calibração, com emissão do respectivo Certificado de Calibração.

9.6.6 Calibração: A empresa CONTRATADA fornecedora do equipamento deverá realizar calibrações dos parâmetros com periodicidade anual e fornecer a CONTRATANTE os respectivos certificados rastreados à Rede Brasileira de Calibração (R.B.C.) originais ou organização similar e certificados conforme a norma ISO/NBR 17025. Sempre que ocorrerem reparos que possam alterar algum parâmetro calibrável, este deverá ser calibrado e ajustado se necessário e poderão ser necessárias novas qualificações do equipamento. Os certificados de Calibração deverão ter a análise crítica dos parâmetros documentados.

62 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.6.7 Instrumentos de medição utilizados: Para verificação dos parâmetros dos equipamentos a empresa CONTRATADA deverá utilizar instrumentos calibrados contra padrão rastreado pela Rede Brasileira de Calibração (R.B.C.) com o respectivo certificado de calibração cujas cópias atualizadas deverão ser fornecidas à fiscalização da CONTRATANTE. Os certificados de Calibração deverão ter a análise crítica dos parâmetros documentados.

9.6.8 Fornecimento de laudo de calibração dos equipamentos, segundo preconizado pelo fabricante, quando da instalação do equipamento e anualmente após a instalação, bem como quando forem realizadas intervenções preventivas e/ou corretivas que demandem a realização de nova calibração;

9.6.9 Prestação de serviço de assistência técnica (manutenção corretiva) quando solicitada pela Hemocentro do Tocantins, deverá ser atendida em 24 (vinte e quatro) horas corridas, no máximo, após a solicitação (chamado) via e-mail. A contratada deverá prestar assistência técnica no equipamento, instrumentos e acessórios fornecidos.

9.6.10 Substituição definitiva, no prazo de 05 (cinco) dias após solicitação da Contratante, caso o equipamento apresentar defeitos constantes e o reparo não possa ser realizado no prazo previsto, a empresa deverá trocar o equipamento, sem interrupção do serviço. Todo o transporte dos equipamentos deve ser de responsabilidade da contratada.

9.6.11 A assistência técnica deverá utilizar apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.

9.6.12 A assistência técnica inclui o fornecimento, substituição e instalação de todos os itens consumíveis necessários ao perfeito e integral funcionamento dos equipamentos, durante todo o período de contrato.

9.6.13 A CONTRATADA deverá apresentar a área Gestão de Equipamentos da CONTRATANTE, ao final de cada intervenção preventiva ou corretiva, relatório conclusivo em papel numerado e timbrado da CONTRATADA contendo no mínimo:

9.6.13.1 Data e local onde foi executado o serviço;

9.6.13.2 Identificação do equipamento com marca, modelo, número de série e número de patrimônio;

9.6.13.3 Descrição dos serviços executados, relação de peças eventualmente substituídas, declaração dos parâmetros calibrados e ajustados;

9.6.13.4 Instrumentos de medição utilizados;

9.6.13.5 Anexo ao relatório deve ser apresentado os respectivos documentos:

a) Ordem de Serviço (O.S.) devidamente preenchida com a assinatura e identificação do cliente e do executante;

b) Check List completamente preenchido e/ou com as devidas observações.

9.6.13.6 Entregar cópia dos relatórios de manutenção e calibração ao responsável pelo setor e etiquetar o equipamento após manutenção preventiva e calibração.

9.6.13.7 Programa para validação de Kits Lote a Lote / Remessa a Remessa com fornecimento de amostras de reatividade variável (amostras reagentes e não reagentes) para cada um dos parâmetros da triagem sorológica: anti-HIV ag/ab, anti-HTLV I/II, AgHBs, anti-HBc, anti-HBs, anti-HCV, anti-T.cruzi (Chagas) e Sífilis, que deverão ser enviadas até o consumo final dos testes adquiridos junto à contratada.

9.6.13.8 A CONTRATADA deverá fornecer conjuntos diagnósticos (kits), preferencialmente, de um único lote de fabricação, e de no máximo 02 (dois) Grupos de fabricação a cada entrega. Caso sejam entregues 02 (dois) lotes em uma mesma entrega o fato deverá ser comunicado previamente ao Laboratório de Sorologia que emitirá carta de ciência. A Contratada deverá fornecer kits reagentes e acessórios necessários para validação de cada lote e a cada remessa sem ônus para a Contratante.

9.6.13.9 Serviço de Controle de Qualidade Externo em Sorologia (Ensaio de Proficiência) e Programa de Controle de Qualidade Interno em Sorologia, em conformidade com a RDC ANVISA N.º 302 de 13 de outubro de 2005 e Portaria de Consolidação N.º 5, anexo IV de 28 de Setembro de 2017.

9.6.13.10 Ambos os programas deverão ser enviados até o consumo final dos testes adquiridos junto à contratada. Os programas devem ser fornecidos para os testes realizados na triagem sorológica de banco de sangue: anti-HIV ag/ab, anti-HTLV I/II, AgHBs, anti-HBc, anti-HCV, anti-T. cruzi (Chagas) e Sífilis.

9.6.13.11 Juntamente com os Controles de Qualidade Interno e Externo, a contratada deverá fornecer um programa de educação continuada. Estes programas deverão permitir a emissão de certificado de participação e avaliação.

63 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

9.6.13.12 A CONTRATADA deverá repor todos os reagentes e materiais necessários e utilizados durante os processos de validação e calibração dos equipamentos ofertados.

9.6.13.13 Deve obrigatoriamente acompanhar os Equipamentos, se necessário e sem ônus adicional: Sistema de purificação de água ou fornecimento de água grau reagente tipo I ou II em galões, de acordo com as necessidades preconizadas pelos equipamentos. Serão de responsabilidade da empresa a instalação do sistema de purificação de água, bem como sua manutenção, calibração e verificação do padrão da água fornecida pela estação de tratamento de forma a atender as exigências do fabricante para realização ótima dos testes e dos critérios de nosso programa de qualidade.

9.6.13.14 Eventuais despesas de remessa e retorno de equipamentos ou quaisquer de suas partes, quando a CONTRATADA julgar necessário ocorrerão por conta desta, desobrigando-se a CONTRATANTE de quaisquer preferencialmente, de um único lote de fabricação, e de no máximo 02 (dois) Grupos de fabricação a cada entrega. Caso sejam entregues 02 (dois) lotes em uma mesma entrega o fato deverá ser comunicado previamente ao Laboratório de Sorologia que emitirá carta de ciência. A Contratada deverá fornecer kits reagentes e acessórios necessários para validação de cada lote e a cada remessa sem ônus para a Contratante.

9.6.13.9 Serviço de Controle de Qualidade Externo em Sorologia (Ensaio de Proficiência) e Programa de Controle de Qualidade Interno em Sorologia, em conformidade com a RDC ANVISA N.º 302 de 13 de outubro de 2005 e Portaria de Consolidação N.º 5, anexo IV de 28 de Setembro de 2017.

9.6.13.10 Ambos os programas deverão ser enviados até o consumo final dos testes adquiridos junto à contratada. Os programas devem ser fornecidos para os testes realizados na triagem sorológica de banco de sangue: anti-HIV ag/ab, anti-HTLV I/II, AgHBs, anti-HBc, anti-HCV, anti-T. cruzi (Chagas) e Sífilis.

9.6.13.11 Juntamente com os Controles de Qualidade Interno e Externo, a contratada deverá fornecer um programa de educação continuada. Estes programas deverão permitir a emissão de certificado de participação e avaliação.

9.6.13.12 A CONTRATADA deverá repor todos os reagentes e materiais necessários e utilizados durante os processos de validação e calibração dos equipamentos ofertados.

9.6.13.13 Deve obrigatoriamente acompanhar os Equipamentos, se necessário e sem ônus adicional: Sistema de purificação de água ou fornecimento de água grau reagente tipo I ou II em galões, de acordo com as necessidades preconizadas pelos equipamentos. Serão de responsabilidade da empresa a instalação do sistema de purificação de água, bem como sua manutenção, calibração e verificação do padrão da água fornecida pela estação de tratamento de forma a atender as exigências do fabricante para realização ótima dos testes e dos critérios de nosso programa de qualidade.

9.6.13.14 Eventuais despesas de remessa e retorno de equipamentos ou quaisquer de suas partes, quando a CONTRATADA julgar necessário ocorrerão por conta desta, desobrigando-se a CONTRATANTE de quaisquer questões nesse sentido.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

10.1 Efetuada a entrega, a Nota Fiscal/Fatura será encaminhada à SES- TO, após conferência e atestos;

10.2 Caso Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção;

10.3 A Contratante terá um prazo de até 10 (dez) dias úteis para conferência e aprovação, contados da sua protocolização, e será paga, diretamente na conta corrente da Contratada;

10.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no parágrafo anterior, passará a ser contado a partir da data da sua representação;

10.5 O prazo previsto para realização dos pagamentos será de 30 (trinta) dias na conformidade da Lei N.º 10.133/2021, Capítulo X;

10.6 O Imposto de renda será retido na conformidade com o Decreto Estadual N.º 6.647 de 12 de setembro de 2023 que dispõe sobre a retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Estadual e pelos fundos, autarquias e fundações públicas estaduais a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;

10.7 Os pagamentos não serão efetuados por meio de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

64 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

10.8 Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei N.º 14.133/2021, ficam estabelecidos como critérios para a atualização monetária e reajustamento de preços aqueles previstos no instrumento contratual, observada a data-base definida, a periodicidade legal e os índices oficiais ou setoriais adotados pela Administração, aplicáveis entre a data do adimplemento da obrigação e a do efetivo pagamento.

10.9 Conforme o art. 92, inciso VI, da Lei N.º 14.133/2021, a medição dos serviços e/ou a conferência do objeto será realizada na forma prevista neste contrato, servindo de base para a liquidação e pagamento, observados os prazos estipulados, de modo a garantir segurança jurídica, previsibilidade e transparência na execução contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1 Conforme art. 137 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023 o licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal N.º 14.133/2021, apuradas em regular Processo Administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2 A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 319 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

11.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave nos casos previstos no art. 320 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

11.4 A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nos casos previstos no art. 321 do Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

11.5 A multa a ser aplicada será no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato licitado ou celebrado nos termos do art. 323 e 324 Decreto Estadual N.º 6.606/2023;

11.6 Em caso de infração penal, aplica-se o disposto nos artigos 377-E a 337-P, do CAPÍTULO II-B - Dos crimes em licitações e contratos administrativos, do Código Penal, incluído pela Lei N.º 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

12.1. Qualquer insumo utilizado deverá seguir todos os critérios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei N.º 12.305, de 2 de agosto de 2010.

12.2. Os critérios de sustentabilidade deverão estar em conformidade com os preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais, além de observar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal, previstos na Instrução Normativa N.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia) e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

12.3. Neste sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão ao meio ambiente. Ainda com o foco na sustentabilidade, visando diminuir a poluição ou agressão ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei N.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

12.4. Visando o atendimento ao artigo 5º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de janeiro de 2010, serão observados, na medida do possível, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Os objetos devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

65 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

12.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) A Contratada se responsabilizará pela adequada destinação das embalagens que envolvem os medicamentos, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços e adotará critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis.
- b) No ato da entrega o fornecedor deve se responsabilizar-se pelo descarte, devendo realizar a Logística Reversa, aplicada ao setor de medicamentos, caso ocorra perdas, avarias ou outro que vierem prejudicar a dispensação dos mesmos, devendo a mesma retirar em 30 (trinta dias) antes do prazo de validade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Programa Finalístico:** 1165 – TO Cuidando da Saúde  
**Ação:** 4542  
**Classificação Orçamentária:** 30550 10.302.1165.4542  
**Fonte de Recursos:** 600.0000.250.2787  
**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39 (itens 1)/3.3.90.30 (itens 2 a 4)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

14.1. A CONTRATADA se compromete a observar todas as normas legais vigentes no país, incluindo, mas não se limitando, à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e à Lei contra a Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998).

14.2. A CONTRATADA declara que não está envolvida, direta ou indiretamente, em qualquer atividade que caracterize infração administrativa nos termos da legislação anticorrupção. A CONTRATADA se compromete a não oferecer, prometer, dar ou autorizar o pagamento de qualquer valor ou vantagem a agentes públicos ou terceiros com o objetivo de obter benefícios indevidos.

14.3. A CONTRATADA concorda em submeter-se a auditorias e fornecer todas as informações necessárias para verificar o cumprimento das normas anticorrupção.

14.4. A CONTRATADA se compromete a promover treinamentos e campanhas de conscientização sobre a importância da integridade e da ética nos negócios.

14.5. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, sobre qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem como em casos de práticas de suborno ou corrupção.

14.6. O descumprimento das normas legais anticorrupção e do disposto nesta cláusula será considerado uma infração grave, podendo resultar na rescisão do contrato pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou penalidade, além de responsabilizar a CONTRATADA por eventuais perdas e danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018). PARÁGRAFO ÚNICO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

66 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

15.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a CONTRATANTE está exposta. PARÁGRAFO ÚNICO: A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

15.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição a CONTRATANTE, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

PARÁGRAFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

67 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







**PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026**

15.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTRATANTE. PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE**

17.1. O presente contrato será submetido à fiscalização da entidade de controle externo competente, de conformidade com a fonte de recursos que subvencionam a presente aquisição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

19.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos regulam-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Estadual nº. 6.606/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FISCAL DO CONTRATO**

20.1. O fiscal do contrato bem como o seu respectivo suplente, referente ao presente contrato, serão indicados pelo gestor da pasta através de portaria assinada e publicada no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

21.1. Este Contrato está vinculado às condições do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/202X e seus anexos e à proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO**

**22.1.** Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

**22.2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

Palmas, capital do estado, aos ..... de ..... de 2026.

.....  
**PELO CONTRATANTE**

.....  
**PELA CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

68 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)







PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

## MODELO 1

## Proposta de Preços

[Papel timbrado da empresa]

**PROPOSTA DE PREÇOS**

A Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins,

**Assunto:** Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/2026 – Processo Administrativo \_\_\_\_/2025.

Senhor Pregoeiro, segue abaixo nossa proposta de preços devidamente realinhada conforme fase de lances, do Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme segue:

Item	Und.	Descrição	Qtd.	Vlr. Unitário	Vlr. Total
		Produto: Nome comercial: Fabricante: Quantidade por embalagem: Validade do produto: Número do registro do produto na ANVISA/MS:			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS					

**DADOS GERAIS**

Endereço completo:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

CNPJ:

Prazo de entrega:

Prazo de pagamento:

Declaro que aceito todas as condições do Edital.

Local / data

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do responsável

Notas:

- Poderá ser adotado outro modelo deste que contenha todas as informações acima;
- Caso o produto seja isento, no campo "Nº. do Registro na ANVISA", deve ser informado a norma que isenta de Registro;
- Estando o registro vencido, apresentará a cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação, conforme parágrafo 6º do artigo 14, do Decreto Federal nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977, acompanhada de cópia da publicação do registro vencido.

69 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)



PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

**MODELO 2**

**Declaração Unificada**

Ref.: Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_\_/2026.

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da lei, que:

**1 - (Declaração de ciência do Edital e seus anexos)**

Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**2 - (Comprovação do atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal)**

Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

\*\*\*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( );

(\*\*\*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**3 - (Comprovação de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado)**

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4 - (Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação)**

Na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 14.133/2021, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5 - (Atendimento ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)**

Não existe em meu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**6 - (Atendimento ao art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021)**

Cumpe as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local, data e assinatura

70 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)





PROCESSO: 2025/30550/011293 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

**MODELO 3**

**Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**

Ref.: Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_\_/2026.

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de ( ) Microempresa ( ) Empresa de Pequeno Porte ( ) **sociedade cooperativa (cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021)**, sem nenhuma restrição de ordem legal, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

\_\_\_\_\_  
Local, data e assinatura

71 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

[www.to.gov.br/saude/](http://www.to.gov.br/saude/)

